



PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN
2018**

BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(Organizadora)

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O PROMONTÓRIO NORDESTINO
EM FACE DO ATLÂNTICO SUL

NATAL-RN
2018

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Introdução	5
1. A Evolução do Conceito de Estratégia	6
2. Natureza e Âmbito da Estratégia Nacional de Defesa	11
3. O Contexto Geográfico do Atlântico Sul	18
4. Aspectos Estabelecidos no Atlântico Sul, Próximos ou ao Largo, das Costas Orientais da América do Sul (Brasil)	23
5. O Litoral Sul-Americano da Argentina Até a Terra do Fogo	26
6. Aspectos Relevantes do Atlântico Sul Africano	31
7. O Atlântico Sul Entre a América do Sul e a África	37
8. As Vizinhanças do Continente Antártico	38
9. Aspectos Históricos do Atlântico Sul	43
10. A Segurança e a Defesa do Atlântico Sul	45
Considerações Finais	51
Referências	53

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho intitulado Estratégia Nacional de Defesa e o Promontório Nordestino em face do Atlântico Sul tem por objetivo analisar, inicialmente, a evolução do conceito de estratégia que, como suporte teórico, elucidará as questões da atualidade, identificadas no Atlântico Sul, sob o prisma estratégico, com particular ênfase à natureza, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, construída pelas Forças Armadas brasileiras.

O texto discute, em seguida, o contexto geográfico do Atlântico Sul, destacando as costas orientais da América do Sul, além das áreas marítimas que lhes são relativamente próximas e as características das costas ocidentais da África, no Atlântico Sul. Destaca a importância estratégica da Ilha da Ascensão, analisando, também, as vizinhanças do continente Antártico e o próprio continente.

Finalmente, o trabalho efetua reflexões sobre a segurança e a defesa do Atlântico Sul, enfatizando a Geopolítica militar brasileira, através dos Acordos de colaboração que o Brasil realizou com as nações africanas, da vertente ocidental daquele continente.

Considera-se este trabalho oportuno, ao se avaliar as transformações que se operaram no Atlântico Sul, no curso dos últimos anos, exigindo da parte das nações que são banhadas ou se encontram próximas deste Oceano, uma nova perspectiva envolvendo o significado do Atlântico Sul, no que concerne à defesa e à segurança em um mundo que atua, no âmbito de uma lógica globalizada, na qual já é sentida as contribuições da 4ª Revolução Industrial, com o advento de tecnologias avançadas, as quais, no âmbito do sistema técnico-científico-informacional já acenam para uma realidade contemporânea, muito mais avançada e, diversa daquela vivenciada em anos relativamente recentes.

Beatriz Maria Soares Pontes

Integrante do Grupo “Geopolítica e Território”, vinculado ao CENEGRI/2018.
(CENEGRI - Centro de Estudos Geopolíticos e Relações Internacionais – Pelotas/RS - 2018)

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O PROMONTÓRIO NORDESTINO EM FACE DO ATLÂNTICO SUL

Beatriz Maria Soares Pontes¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem, como suporte epistemológico, a questão da Estratégia aplicada na análise da posição do Brasil e seus pares, na esfera do Atlântico Sul.

O estudo em apreço teve por base, a política oficial do Estado brasileiro referente à Estratégia da Defesa Nacional, documentos envolvendo acordos estabelecidos entre as Forças Armadas Brasileiras com nações sul-americanas e africanas, além da base documental lograda a partir de longa pesquisa sobre documentos inerentes ao tema e encontrados na Internet.

Tratamos, nesta abordagem, de observar detidamente, as características histórico-processuais e suas transformações, ao longo do tempo e do espaço.

Antes de entrarmos na projeção do Nordeste brasileiro pela vasta área do Atlântico Sul, devemos ressaltar que a plataforma mais avançada na direção Leste daquele Oceano, representa, pela sua posição geográfica, a entrada efetiva do Atlântico Sul. Portanto, a nossa avaliação priorizará os aspectos que envolvem o contexto total do Atlântico Sul (PONTES, 2012).

O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa.

Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao Direito Internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é suficiente para garantir que, na atual transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.

Nesse contexto, o Brasil assinala na sua política de defesa e na sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional.

Assim, o custo do não engajamento do Brasil na construção da ordem internacional nascente pode ser muito maior do que o ônus, que é o investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania.

A consolidação de estruturas de governança multilateral é do interesse do Brasil, exigindo estreita coordenação entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do País, no cenário internacional.

A política de defesa determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir a não ingerência externa em seu território e, em suas águas jurisdicionais, inclusive, o espaço aéreo brasileiro, o leito marinho e o subsolo.

Isto significa que, a soberania da Nação, sua inserção econômica competitiva e seu desenvolvimento pleno, pressupõe capacidade de defesa condizente com as potencialidades e aspirações do País. Apesar das mudanças cada vez mais aceleradas das últimas décadas, a Ordem Internacional continua a ser determinada, predominantemente, pela relação entre Estados.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

A defesa e a proteção do Brasil diante de potenciais ameaças externas continuam a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País.

As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados à margem da lei, explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa.

Diante deles, o Brasil reconhece a necessidade de políticas coordenadas entre diferentes órgãos do Governo. Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, entre eles, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais.

Portanto, torna-se necessário fortalecer a capacidade de engajamento internacional do País. O diálogo franco e aberto deve contribuir para a política externa e sua interação com a política de defesa, por meio da construção de consensos que impulsionem o debate interno, coletivo e amplo.

A participação efetiva de diversos setores sociais no debate nacional sobre defesa possibilita maior entendimento dessas questões.

O fenômeno da globalização trouxe consigo o agravamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, colocando à prova a capacidade do Estado. O agravamento da crise econômico-financeira internacional indica, também, uma possível deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos para a paz e a segurança no mundo.

O propósito brasileiro é trabalhar em prol da construção de uma comunidade global participativa e inclusiva, empenhando-se na promoção de uma “multipolaridade cooperativa”.

A nova arquitetura de poder do século XXI não deve favorecer posturas conflituosas e excludentes, herdadas de ordenamentos internacionais que predominaram ao longo do século XX. Essa opção política, todavia, não pode negligenciar a complexidade das ameaças surgidas no período do Pós-Guerra Fria e das incertezas de que se reveste o horizonte de médio e longo prazos. O País vem se preparando para essas realidades desde a reformulação da Política de Defesa Nacional, em 2005 e, do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, ambas revistas em 2012.

Na América do Sul, delineia-se uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa. Em síntese, a política de defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios. Crises internacionais podem surgir à revelia da vontade do País, exigindo um nível adequado de prontidão e modernização de suas Forças Armadas.

No plano global, o Brasil deve ter uma capacidade de defesa correspondente à sua estatura econômica, política e estratégica, de modo a ter seus recursos preservados, sua palavra ouvida, sua posição respeitada e sua tradição pacífica salvaguardada (BRASIL - LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012).

1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

A estratégia evoluiu do conceito grego de uma disciplina que tinha por objetivo a guerra, para uma outra que tem por objeto um conceito alargado de segurança ou defesa, que ultrapassa a defesa militar, assumindo-se, até hoje, como uma disciplina que até pode ter por objeto a não guerra, como é o caso específico da estratégia nuclear.

Para a identificação do campo conceitual da estratégia, devemos considerar quatro parâmetros. São eles o fim, o sujeito, o objeto e os meios.

- Quanto ao fim: o objetivo em benefício do qual a estratégia é concebida é a política. A estratégia serve à política, é um instrumento da política e, por isso, visa fins definidos pela política. Só podemos considerar que estamos no campo da estratégia, seja da conceitualização estratégica, do planejamento estratégico ou da ação estratégica, desde que os objetivos a atingir tenham sido definidos pela política;
- Quanto ao sujeito: o agente responsável pela estratégia situa-se nos escalões mais elevados da decisão, isto é, não sendo apenas, uma questão de dimensão, é, todavia, também, uma questão de dimensão. Os atores da estratégia que intervêm na definição dos seus objetivos, no planejamento estratégico, na condução da estratégia, situam-se nos mais elevados escalões da política ou das áreas setoriais de aplicação da (s) estratégia (s) militar, segurança, econômica, diplomática, cultural e informação, principalmente;
- Quanto ao objeto: aquele contra quem se dirige a estratégia, o parâmetro é de mais fácil identificação. Só há estratégia quando estamos perante um outro que se opõe, mas um outro racional, com vontade própria, que é suposto também ter uma estratégia oposta. A estratégia dirige-se sempre contra alguém e, por isso, não há estratégia face a coisas, a animais irracionais ou a fenômenos da natureza;
- Quanto aos meios: os instrumentos que utilizam a estratégia pressupõem sempre o recurso a meios de coação, porquanto, há uma vontade contrária que pretendemos neutralizar, tornando-se implícita a necessidade de meios de coação que o consigam. Assim, hoje, o âmbito da estratégia ultrapassa o militar, porque, de acordo com o conceito moderno, a guerra passou para dentro da estratégia os meios de coação, os quais não são necessariamente armados ou violentos. Veremos mais à frente que se distinguem vários patamares da coação e que, se a estratégia implica sempre coação dirigida ao outro, tal não implica que seja uma coação armada.

Temos, então, que o quadro definido por estes quatro parâmetros permite identificar o campo próprio da estratégia, no qual deve caber qualquer definição que se pretenda validar face ao atual conceito moderno e alargado:

- É uma disciplina ou uma área que conjuga pensamento e ação, a serviço do poder, visando atingir objetivos fixados pela política;
- É da responsabilidade dos mais elevados escalões da hierarquia;
- Tem em conta a existência de um outro, que se opõe racionalmente e, cujos objetivos e ação, implicam numa negação;
- Promove, articula e coordena a utilização de todos os recursos que podem constituir meios de coação.

Comecemos por definir o quadro em que vamos compartimentar as diversas formas de intervenção da estratégia, no qual consideraremos:

- Os níveis da estratégia;
- Os ramos da estratégia;
- As atitudes estratégicas;
- As modalidades estratégicas.

Os níveis da estratégia correspondem ao patamar no qual se situa o seu sujeito face à política, isto é, a hierarquia relativa da entidade responsável pela estratégia.

Podemos considerar três níveis:

- Total ou global (integral ou nacional, na terminologia norte-americana): é a estratégia da responsabilidade do Governo no seu conjunto e, pode ter expressão na política de defesa nacional (com tendência para, no futuro, poder ser chamada política de segurança nacional). Podemos considerar que é o nível da concepção estratégica;
- Gerais: são as estratégias da responsabilidade de áreas setoriais do governo que concorrem para a política de defesa ou de segurança nacional, como a militar. A administração interna, a económico-financeira, a diplomática, a da cultura, a da informação é o nível de ajustamento entre a concepção e a execução;
- Particulares: são as estratégias da responsabilidade de áreas específicas do Estado ou relacionadas com o Estado, como a militar terrestre, a militar naval, a militar aérea, a das várias forças de segurança, as relativas à União, as relativas à União Europeia, à Organização do Tratado do Atlântico Norte, aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a das migrações, principalmente. Trata-se do nível da execução.

Os ramos da estratégia relacionam-se com os meios de coação necessários para que a estratégia se torne viável, sendo definidos consoante à constituição, estruturação ou aplicação desses meios.

Neste particular, devemos considerar um princípio fundamental da estratégia, segundo o qual esta é uma adequação dos meios aos fins, o que significa que a estratégia deve contar com os meios necessários para atingir os objetivos definidos pela política, não podendo ser condicionada pelos meios existentes. Ressaltamos que se houver incompatibilidade entre os objetivos da política e a capacidade para obter os meios de que a estratégia necessita, constatamos, então, que falhou ao nível político, a definição dos objetivos. De qualquer forma, uma incompatibilidade entre meios e fins determina sempre o fracasso da estratégia.

Podemos, então, considerar três ramos da estratégia:

- Estratégia Genética: tem a ver com a geração e aquisição de recursos e meios, exatamente porque dizemos que são os meios que devem condicionar-se à estratégia e, não, a estratégia a sujeitar-se aos meios. Portanto, o ramo da estratégia genética

assume um papel fundamental, sendo um dos aspectos que melhor marca a sua diferença face à tática, porque se esta deve definir os seus objetivos face aos meios disponíveis, a estratégia deve gerar os meios em função dos objetivos determinados pela política;

- **Estratégia Estrutural:** corresponde à organização e articulação dos recursos, incluindo a concepção e estabelecimento de condições para a manutenção, preparação e avaliação da eficácia desses recursos e meios de forma a assegurar a sua rentabilidade;
- **Estratégia Operacional:** compreende a utilização e rentabilização dos recursos e meios, passando pelos estudos das situações estratégicas, através da análise sistemática dos diversos fatores, permanentes e variáveis, por um planeamento cuidadoso, pela condução das ações estratégicas, pelo acompanhamento do seu desenvolvimento e ponderação da sua eficácia.

As atitudes estratégicas referem-se às condutas a serem privilegiadas face à importância dos fins a atingir e à previsão do comportamento do outro. Distinguem-se duas atitudes estratégicas:

- **Estratégia ofensiva:** é a que visa modificar uma determinada ordem existente, substituindo-a por outra mais favorável aos objetivos definidos. Trata-se de levar o outro a sujeitar-se a estes mesmos objetivos;
- **Estratégia defensiva:** é aquela que visa preservar uma ordem existente, impedindo que seja substituída por outra menos favorável. Trata-se de impedir que o outro imponha os seus objetivos.

As modalidades estratégicas têm a ver, não só com a natureza dos meios de coação a utilizar, mas também, com a forma como esses meios são utilizados. Consideram-se três modalidades estratégicas:

- **Estratégia Direta** - exige um de dois pressupostos:
 - Que a coação seja exercida por meios predominantemente militares;
 - Que a coação seja exercida diretamente sobre o outro;
- **Estratégia Indireta** - sendo, até certo ponto, o contrário da estratégia direta. Podemos considerar que estamos perante uma modalidade de estratégia indireta:
 - Quando a coação é exercida por meios predominantemente não militares;
 - Quando se utilizam como meios de coação, agentes indiretos, recorrendo ou beneficiando-se de estratégias diretas de terceiros. Nesse particular, devemos evitar a confusão entre a estratégia por via indireta (o que chamamos estratégia indireta e incluímos nesta alínea) e a estratégia de aproximação indireta, também

desenvolvida por Liddel-Hart, que é uma forma de atuação para conseguir a surpresa, que se opõe à ação formal, situando-se dentro da modalidade da estratégia direta;

- Estratégia de dissuasão - que é uma modalidade estratégica com especificidades próprias, tendo assumido notoriedade maior com a estratégia nuclear.

A dissuasão sempre existiu como manobra estratégica ou tática, todavia, o aparecimento da arma nuclear e os efeitos de destruição que proporcionou, conferiu-lhe maior visibilidade. Podemos até afirmar que o primeiro a enunciar a estratégia de dissuasão foi Sun Tzu, com a sua afirmação de que “dominar o inimigo sem o combater (...) [é] o cúmulo da habilidade” (1993, p. 61). A essência da dissuasão é privilegiar o não emprego dos meios de coação, em lugar do seu emprego.

A eficácia da dissuasão resulta da aplicação da fórmula: $D = C1 \times C2$, em que D é a dissuasão, C1 é a capacidade e C2 é a credibilidade. Essa fórmula significa que é necessário não só ter meios para ameaçar o outro (capacidades) como conseguir convencer o outro da disposição de empregar esses meios (credibilidade). Dependendo, o resultado de um produto tal, significa que se um dos termos for nulo, nulo será o resultado.

A aplicação da estratégia ou das estratégias, são feitas através de determinados processos que, de forma genérica, se traduzem na elaboração de conceitos e de planejamentos estratégicos. Um conceito estratégico pode assumir formas diversificadas na sua elaboração, mas, no essencial, deve contemplar:

- A percepção de uma determinada situação internacional e/ou nacional e do quadro de referência de conflitualidade que a caracteriza, incluindo as ameaças mais perigosas e as mais prováveis;
- A identificação clara e hierarquizada dos interesses e objetivos nacionais;
- A enumeração dos recursos e meios existentes ou a gerar;
- A elaboração de um conceito global de ação e das orientações para as estratégias subordinadas.

A elaboração de um conceito estratégico terá que respeitar três princípios fundamentais:

- Ser adequado ao objetivo visado;
- Ser exequível, face aos recursos disponíveis;
- Ser aceitável, face às capacidades dos escalões subordinados.

Devem ser elaborados conceitos estratégicos em cada um dos níveis estratégicos, de forma que o conceito de cada um, resulte do conceito do escalão, imediatamente, superior.

Assim, teremos no mínimo:

- Um conceito estratégico total ou global, da responsabilidade conjunta do poder executivo e do poder legislativo;
- Conceitos estratégicos gerais da responsabilidade de cada área setorial do executivo, com incidência na defesa ou segurança;

- Conceitos estratégicos particulares ao nível dos diversos departamentos dependentes das áreas setoriais do executivo.

Para a concretização das orientações estratégicas constantes dos conceitos estratégicos deverão ser elaborados, a todos os níveis, os competentes planeamentos estratégicos que devem basear-se em estudos de situação estratégica, com uma análise detalhada dos diversos fatores estratégicos, permanentes e variáveis, terminando com propostas de ação devidamente fundamentadas (CORREIA, 2010, p. 28, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45).

2. NATUREZA E ÂMBITO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

“1. A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado e, as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua ‘grande estratégia’ e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa ‘grande estratégia’ na orientação e nas práticas operacionais das três Forças”.

“A Estratégia Nacional de Defesa será complementada por planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego”.

“2. A Estratégia Nacional de Defesa organiza-se em torno de três eixos estruturantes”.

“O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. Enumeram-se diretrizes estratégicas relativas a cada uma das Forças e especifica-se a relação que deve prevalecer entre elas. Descreve-se a maneira de transformar tais diretrizes em práticas e capacitações operacionais e propõe-se a linha de evolução tecnológica necessária para assegurar que se concretizem”.

“A análise das hipóteses de emprego das Forças Armadas – para resguardar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras – permite dar foco mais preciso às diretrizes estratégicas. Nenhuma análise de hipóteses de emprego pode, porém, desconsiderar as ameaças do futuro. Por isso mesmo, as diretrizes estratégicas e as capacitações operacionais precisam transcender o horizonte imediato que a experiência e o entendimento de hoje permitem descortinar. Ao lado da destinação constitucional, das atribuições, da cultura, dos costumes e das competências próprias de cada Força e da maneira de sistematizá-las em estratégia de defesa integrada, aborda-se o papel de três setores decisivos para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. Descreve-se como as três Forças devem operar em rede – entre si e em ligação com o monitoramento do território, do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras”.

“O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional”.

“O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Seu propósito é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação – para que elas não sejam uma parte da Nação, pagas para lutar por conta e em benefício das outras partes. O Serviço Militar

Obrigatório deve, pois, funcionar como espaço republicano, no qual possa a Nação encontrar-se acima das classes sociais”.

2.1 Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa

“Pauta-se a Estratégia Nacional de Defesa pelas seguintes diretrizes”.

“1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e, impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional”.

“Para dissuadir, é preciso estar preparado para combater. A tecnologia, por mais avançada que seja, jamais será alternativa ao combate. Será sempre instrumento do combate”.

“2. Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. Esse triplo imperativo vale, com as adaptações cabíveis, para cada Força. Do trinômio resulta a definição das capacitações operacionais de cada uma das Forças”.

“3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras. Tal desenvolvimento dar-se-á a partir da utilização de tecnologias de monitoramento terrestre, marítimo, aéreo e espacial que estejam sob inteiro e incondicional domínio nacional”.

“4. Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controle, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica”.

“A mobilidade estratégica – entendida como a aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações – reforçada pela mobilidade tática – entendida como a aptidão para se mover dentro daquele teatro – é o complemento prioritário do monitoramento/controle e uma das bases do poder de combate, exigindo das Forças Armadas ação que, mais do que conjunta, seja unificada”.

“O imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo. O esforço de presença, sobretudo, ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas do litoral, tem limitações intrínsecas. É a mobilidade que permitirá superar o efeito prejudicial de tais limitações”.

“5. Aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos”.

“Mobilidade depende de meios terrestres, marítimos e aéreos apropriados e da maneira de combiná-los. Depende, também, de capacitações operacionais que permitam aproveitar ao máximo o potencial das tecnologias do movimento”.

“O vínculo entre os aspectos tecnológicos e operacionais da mobilidade há de se realizar de maneira a alcançar objetivos bem definidos. Entre esses objetivos, há um que guarda relação, especialmente, próxima com a mobilidade: a capacidade de alternar a concentração e a desconcentração de forças com o propósito de dissuadir e combater a ameaça”.

“6. Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear”.

“Esse fortalecimento assegurará o atendimento ao conceito de flexibilidade”.

“Como decorrência de sua própria natureza, esses setores transcendem à divisão entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar”.

“Os setores espacial e cibernético permitirão, em conjunto, que a capacidade de visualizar o próprio país não dependa de tecnologia estrangeira e que as três Forças, em conjunto, possam atuar em rede, instruídas por monitoramento que se faça também a partir do espaço”.

“O Brasil tem compromisso – decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia. O Brasil precisa garantir o equilíbrio e a versatilidade da sua matriz energética e avançar em áreas, tais como as de agricultura e saúde, que podem se beneficiar da tecnologia de energia nuclear. E levar a cabo, entre outras iniciativas que exigem independência tecnológica, em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear”.

“7. Unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos”.

“Os instrumentos principais dessa unificação serão o Ministério da Defesa e o Estado Maior de Defesa, a ser reestruturado como Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Devem ganhar dimensão maior e responsabilidades mais abrangentes”.

“O Ministro da Defesa exercerá, na plenitude, todos os poderes de direção das Forças Armadas que a Constituição e as leis não reservarem, expressamente, ao Presidente da República”.

“A subordinação das Forças Armadas ao poder político constitucional é pressuposto do regime republicano e garantia da integridade da Nação”.

“Os Secretários do Ministério da Defesa serão livremente escolhidos pelo Ministro da Defesa, entre cidadãos brasileiros, militares das três Forças e civis, respeitadas as peculiaridades e as funções de cada secretaria. As iniciativas destinadas a formar quadros de especialistas civis em defesa permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes no Ministério da Defesa. As disposições legais em contrário serão revogadas”.

“O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas será chefiado por um oficial-general de último posto, e terá a participação dos Chefes dos Estados-Maiores das três Forças. Será subordinado diretamente ao Ministro da Defesa. Construirá as iniciativas que deem realidade prática à tese da unificação doutrinária, estratégica e operacional e contará com estrutura permanente que lhe permita cumprir sua tarefa”.

“A Marinha, o Exército e a Aeronáutica disporão, singularmente, de um Comandante, nomeado pelo Presidente da República e indicado pelo Ministro da Defesa. O Comandante de Força, no âmbito das suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da sua Força, formulará a sua política e doutrina e preparará seus órgãos operativos e de apoio para o cumprimento da destinação constitucional”.

“Os Estados-Maiores das três Forças, subordinados a seus Comandantes, serão os agentes da formulação estratégica, em cada uma delas, sob a orientação do respectivo comandante”.

“8. Reposicionar os efetivos das três Forças”.

“As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. As instalações tecnológicas da Força Aérea estão quase todas localizadas em São José dos Campos, em São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul”.

“Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. O Exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção. Deverá, também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado”.

“Pelas mesmas razões que exigem a formação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, os Distritos Navais ou Comandos de Área das Três Forças terão suas áreas de jurisdição coincidentes, ressalvados impedimentos decorrentes de circunstâncias locais ou específicas. Os Oficiais-Generais que comandarem, por conta de suas respectivas Forças, um Distrito Naval ou Comando de Área, reunir-se-ão regularmente, acompanhados de seus principais assessores, para assegurar a unidade operacional das Três Forças naquela área. Em cada área deverá ser estruturado um Estado Maior Conjunto, que será ativado para realizar e atualizar, desde o tempo de paz, os planejamentos operacionais da área”.

“9. Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras”.

“Deve-se ter claro que, dadas as dimensões continentais do território nacional, presença não pode significar onipresença. A presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controle e com mobilidade”.

“Nas fronteiras terrestres e nas águas jurisdicionais brasileiras, as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea têm, sobretudo, tarefas de vigilância. No cumprimento dessas tarefas, as unidades ganham seu pleno significado, apenas quando compõem sistema integrado de monitoramento/controle, feito, inclusive, a partir do espaço. Ao mesmo tempo, tais unidades potencializam-se como instrumentos de defesa, por meio de seus vínculos com as reservas táticas e estratégicas. Os vigias alertam. As reservas respondem e operam. E a eficácia do emprego das reservas táticas regionais e estratégicas é proporcional à capacidade delas atenderem à exigência da mobilidade”.

“10. Priorizar a Região Amazônica”.

“A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença”.

“O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil”.

“11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo, na Região Amazônica”.

“Daí a importância de se possuir estruturas de transporte e de comando e controle, que possam operar em grande variedade de circunstâncias, inclusive sob as condições extraordinárias impostas por um conflito armado”.

“12. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença, o conceito de flexibilidade no combate”.

“Isso exigirá, sobretudo na Força Terrestre, que as forças convencionais cultivem alguns predicados atribuídos a forças não-convencionais”.

“Somente Forças Armadas com tais predicados estarão aptas para operar no amplíssimo espectro de circunstâncias que o futuro poderá trazer”.

“A conveniência de assegurar que as forças convencionais adquiram predicados comumente associados a forças não-convencionais, pode parecer mais evidente no ambiente da selva amazônica.

Aplicam-se eles, porém, com igual pertinência, a outras áreas do País. Não é uma adaptação a especificidades geográficas localizadas. É resposta a uma vocação estratégica geral”.

“13. Desenvolver, para atender aos requisitos de monitoramento/controlado, mobilidade e presença, o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes”.

“Cada homem e mulher a serviço das Forças Armadas há de dispor de três ordens de meios e de habilitações”.

“Em primeiro lugar, cada combatente deve contar com meios e habilitações para atuar em rede, não só com outros combatentes e contingentes de sua própria Força, mas também, com combatentes e contingentes das outras Forças. As tecnologias de comunicações, inclusive, com os veículos que monitorem a superfície da terra e do mar, a partir do espaço, devem ser encaradas como instrumentos potencializadores e iniciativas de defesa e de combate. Esse é o sentido do requisito de monitoramento e controle e de sua relação com as exigências de mobilidade e de presença”.

“Em segundo lugar, cada combatente deve dispor de tecnologias e de conhecimentos que permitam radicalizar, em qualquer teatro de operações, terrestre ou marítimo, o imperativo de mobilidade. É a esse imperativo, combinado com a capacidade de combate, que devem servir as plataformas e os sistemas de armas à disposição do combatente”.

“Em terceiro lugar, cada combatente deve ser treinado para abordar o combate de modo a atenuar as formas rígidas e tradicionais de comando e controle, em prol da flexibilidade, da adaptabilidade, da audácia e da surpresa no campo de batalha. Esse combatente será, ao mesmo tempo, um comandado que sabe obedecer, exercer a iniciativa na ausência de ordens específicas e orientar-se em meio às incertezas e aos sobressaltos do combate – e uma fonte de iniciativas – capaz de adaptar suas ordens à realidade da situação mutável em que se encontra”.

“Ganha ascendência no mundo um estilo de produção industrial marcado pela atenuação de contrastes entre atividades de planejamento e de execução e pela relativização de especializações rígidas nas atividades de execução. Esse estilo encontra contrapartida na maneira de fazer a guerra, cada vez mais caracterizada por extrema flexibilidade. O desdobramento final dessa trajetória é esmaecer o contraste entre forças convencionais e não-convencionais, não em relação aos armamentos com que cada uma delas possa contar, senão no radicalismo com que ambas praticam o conceito de flexibilidade”.

“14. Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade”.

“O militar brasileiro precisa reunir qualificação e rusticidade. Necessita dominar as tecnologias e as práticas operacionais exigidas pelo conceito de flexibilidade. Deve identificar-se com as peculiaridades e características geográficas exigentes ou extremas que existem no País. Só assim realizar-se-á, na prática, o conceito de flexibilidade, dentro das características do território nacional e da situação geográfica e geopolítica do Brasil”.

“15. Rever, a partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças, de modo a dimensioná-las para atender adequadamente ao disposto na Estratégia Nacional de Defesa”.

“16. Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades”.

“Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra”.

“17. Preparar efetivos para o cumprimento de missões de garantia da lei e da ordem, nos termos da Constituição Federal”.

“O País cuida para evitar que as Forças Armadas desempenhem papel de polícia. Efetuar operações internas em garantia da lei e da ordem, quando os poderes constituídos não conseguem garantir a paz pública e um dos Chefes dos três Poderes o requer, faz parte das responsabilidades constitucionais das Forças Armadas. A legitimação de tais responsabilidades pressupõe, entretanto, legislação que ordene e respalde as condições específicas e os procedimentos federativos que deem ensejo a tais operações, com resguardo de seus integrantes”.

“18. Estimular a integração da América do Sul”.

“Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região”.

“19. Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz”.

“Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois, o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional”.

“20. Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento”.

“É tarefa prioritária para o País o aprimoramento dos meios existentes e da capacitação do pessoal envolvido com as atividades de busca e salvamento no território nacional, nas águas jurisdicionais brasileiras e nas áreas pelas quais o Brasil é responsável, em decorrência de compromissos internacionais”.

“21. Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas”.

“Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas Forças Armadas deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacionais. As Forças Armadas deverão, também, estar habilitadas a aumentar rapidamente os meios humanos e materiais disponíveis para a defesa. Exprime-se o imperativo de elasticidade em capacidade de mobilização nacional e militar”.

“Ao decretar a mobilização nacional, o Poder Executivo delimitará a área em que será realizada e especificará as medidas necessárias à sua execução, tais como poderes para assumir o controle de recursos materiais, inclusive meios de transporte, necessários à defesa, de acordo com a Lei de Mobilização Nacional. A mobilização militar demanda a organização de uma força de reserva, mobilizável em tais circunstâncias. Reporta-se, portanto, à questão do futuro do Serviço Militar Obrigatório”.

“Sem que se assegure a elasticidade para as Forças Armadas, seu poder dissuasório e defensivo ficará comprometido”.

“22. Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa”.

“Regime jurídico, regulatório e tributário especiais protegerá as empresas privadas nacionais de material de defesa contra os riscos do imediatismo mercantil e assegurará continuidade nas compras públicas. A contrapartida a tal regime especial será, porém, o poder estratégico que o Estado exercerá sobre tais empresas, a ser assegurado por um conjunto de instrumentos de direito privado ou de direito público”.

“Já o setor estatal de material de defesa terá por missão operar no teto tecnológico, desenvolvendo as tecnologias que as empresas privadas não possam alcançar ou obter, a curto ou médio prazos, de maneira rentável”.

“A formulação e a execução da política de compras de produtos de defesa serão centralizadas no Ministério da Defesa, sob a responsabilidade de uma secretaria de produtos de defesa, admitida delegação na sua execução”.

“A indústria nacional de material de defesa será incentivada a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção. A consolidação da União de Nações Sul-Americanas poderá atenuar a tensão entre o requisito da independência em produção de defesa e a necessidade de compensar custo com escala, possibilitando o desenvolvimento da produção de defesa em conjunto com outros países da região”.

“Serão buscadas parcerias com outros países, com o propósito de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, de modo a eliminar, progressivamente, a compra de serviços e produtos importados”.

“Sempre que possível, as parcerias serão construídas como expressões de associação estratégica mais abrangente entre o Brasil e o país parceiro. A associação será manifestada em colaborações de defesa e de desenvolvimento e será pautada por duas ordens de motivações básicas: a internacional e a nacional”.

“A motivação de ordem internacional será trabalhar com o país parceiro em prol de um maior pluralismo de poder e de visão no mundo. Esse trabalho conjunto passa por duas etapas. Na primeira etapa, o objetivo é a melhor representação de países emergentes, inclusive o Brasil, nas organizações internacionais – políticas e econômicas – estabelecidas. Na segunda, o alvo é a reestruturação das organizações internacionais, inclusive a do regime internacional de comércio, para que se tornem mais abertas às divergências, às inovações e aos experimentos do que são as instituições nascidas ao término da Segunda Guerra Mundial”.

“A motivação de ordem nacional será contribuir para a ampliação das instituições que democratizem a economia de mercado e aprofundem a democracia, organizando o crescimento econômico socialmente incluyente. O método preferido desse trabalho é o dos experimentos binacionais: as iniciativas desenvolvidas em conjunto com os países parceiros”.

“23. Manter o Serviço Militar Obrigatório”.

“O Serviço Militar Obrigatório é condição para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação acima das divisões das classes sociais”.

“O objetivo, a ser perseguido gradativamente, é tornar o Serviço Militar realmente obrigatório. Como o número dos alistados anualmente é muito maior do que o número de recrutas de que precisam as Forças Armadas, deverão elas selecioná-los, segundo o vigor físico, a aptidão e a capacidade intelectual, em vez de permitir que eles se auto selecionem, cuidando para que todas as classes sociais sejam representadas”.

“No futuro, convirá que os que forem desobrigados da prestação do Serviço Militar Obrigatório sejam incentivados a prestar um serviço civil, de preferência em região do País diferente da região das quais se originam. Prestariam o serviço de acordo com a natureza de sua instrução preexistente, além de receber instrução nova. O serviço seria, portanto, ao mesmo tempo oportunidade de aprendizagem, expressão de solidariedade e instrumento de unidade nacional. Os que o prestassem receberiam treinamento militar básico que embasasse eventual mobilização futura. E passariam a compor força de reserva mobilizável”.

“Devem as escolas de formação de oficiais das três Forças continuar a atrair candidatos de todas as classes sociais. É ótimo que número cada vez maior deles provenha da classe trabalhadora. É necessário, porém, que os efetivos das Forças Armadas sejam formados por cidadãos oriundos de todas as classes sociais. Essa é uma das razões pelas quais a valorização da carreira, inclusive, em termos remuneratórios, representa exigência de segurança nacional” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008, p. 8 a 19).

3. O CONTEXTO GEOGRÁFICO DO ATLÂNTICO SUL

Embora não exista um consenso sobre o assunto, costumamos considerar como Atlântico Sul toda a área marítima que se estende desde a linha do Trópico de Câncer até a Antártida. Essa vasta área oceânica apresenta duas feições distintas. A primeira delas, engloba a região que, grosso modo, se estende do Trópico de Câncer ao Equador, tanto como limites do lado Ocidental, o istmo da América Central e do lado Oriental, o arco insular das Antilhas.

A segunda área oceânica do Atlântico Sul, bem mais extensa que a primeira, corresponde a toda massa líquida que se estende ao sul da linha equatorial, tendo como limites o litoral Ocidental da África e Oriental da América do Sul. Essa parte do Atlântico é pontilhada de ilhas que, em sua maior parte, são controladas pelos EUA ou seus aliados, especialmente, a Grã-Bretanha. São exemplos de ilhas ao sul da Linha do Equador, os arquipélagos das Malvinas, da Ascensão, Tristão da Cunha, Santa Helena, entre outros.

Atualmente, uma parcela significativa do petróleo mundial e de inúmeras matérias primas circula pelo Atlântico Sul, embora esse fluxo comercial seja, ainda, bem inferior àquele verificado no Atlântico Norte.

Durante muito tempo, o Atlântico Sul, especialmente sua porção setentrional, foi uma área que esteve sob a influência exclusiva dos EUA. Ao longo do século XIX, os EUA se lançaram numa nova empreitada geopolítica: apoiar as independências de possessões coloniais europeias, principalmente espanholas, que ali existiam para estabelecer uma área sob sua influência hegemônica na região.

Um dos aspectos centrais da estratégia norte-americana para a região, esteve vinculado à construção de um canal que ligasse o Atlântico ao Pacífico, através do istmo da América Central.

Esse interesse americano se tornou ainda mais evidente quando a ideia de construção de um canal, ligando o Atlântico ao Pacífico se concretizou. Isso porque, uma vez construído o canal, as Antilhas passariam, dentro da concepção geopolítica norte-americana, a servir de “escudo protetor” do canal. Se observarmos a posição das várias ilhas, em relação ao canal do Panamá, perceberemos que um navio que quisesse atravessá-lo, a partir do Atlântico, teria que passar, necessariamente, por um dos canais ou estreitos existentes entre as várias ilhas que compõem o arquipélago antilhano.

Por isso, os sucessivos governos norte-americanos procuraram não só reforçar a defesa do canal, mas também, comprar ou obter concessões para uso militar (bases aeronavais) em ilhas que ainda se mantinham como parte integrante de impérios coloniais europeus. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano passou a se julgar no direito de intervir em qualquer país independente do Caribe, caso seus interesses estratégicos fossem ameaçados pelos governos locais.

Formou-se, assim, ao longo do arco insular das Antilhas, um cinturão de bases e centros estratégicos, cujo objetivo principal, era a defesa da costa sul-sudeste norte-americana e do canal do Panamá.

E, em 1960, quando Cuba se tornou o primeiro país socialista das Américas, esse cinturão de bases passou, também, a “vigiar” o regime implantado em Havana. Depois do evento cubano, toda vez que um país das Antilhas tentou desafiar a hegemonia dos EUA na região, as Forças Armadas norte-americanas intervieram.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na República Dominicana, em 1965, ou em Granada, em 1983. Entretanto, os países antilhanos, por sua pequena dimensão territorial, sua reduzida população e, sua fragilidade política e econômica, não têm praticamente nenhuma expressão no contexto político internacional, com exceção de Cuba. Este é o mais importante país antilhano, não só pela maior extensão e população, mas porque, foi aquele que representou – e até hoje representa -, o maior desafio à hegemonia norte-americana na América Latina.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a região acabou inserida no contexto da Guerra Fria entre as superpotências (EUA e URSS). Isso pode ser comprovado pelos pactos militares de caráter continental que os EUA firmaram com os países da região, como foi o caso do TIAR (Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca ou Pacto do Rio) e Acordos Bilaterais de Defesa Mútua. Todos esses Acordos e Pacotes visavam assegurar uma ajuda militar por parte dos norte-americanos, em caso de agressão externa (entenda-se da URSS ou de seus aliados).

A partir da década de 1960, a URSS começou a marcar presença no Atlântico Sul. Primeiro foi em Cuba (1959), depois em alguns pontos da costa africana, em algumas ex-colônias portuguesas como Angola, em 1975 e, finalmente, em 1979, em um país do istmo da América Central, com litoral atlântico, a Nicarágua.

A estratégia dos EUA diante do avanço soviético, no Atlântico Sul, teve duas táticas: ameaçar com alguma forma de intervenção os países que haviam “mudado de lado” e, pressionar todos os países do continente, para que dessem respaldo político às ações que, eventualmente, seriam colocadas em prática pelos norte-americanos. Foi assim que os EUA financiaram uma fracassada tentativa de invasão à Cuba (a invasão da Bahia dos Porcos, em 1961) e, forneceram ajuda aos guerrilheiros da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) contra o governo esquerdista de Angola, no poder desde 1975.

Na Nicarágua, a partir de 1981, os EUA passaram a sustentar a guerrilha dos contrarrevolucionários (ou “contra”) que combatiam o governo de esquerda que estava no poder. Já as invasões de Granada (1983) e a do Panamá (1989) tiveram, talvez, o objetivo de efeito-demonstração para os países que pretendessem, eventualmente, sair da linha geopolítica traçada por Washington.

Ao lado do Brasil, dois outros países usufruem uma importante posição estratégica no Atlântico Sul: a Argentina e a República da África do Sul. Em vista disso, os EUA tentaram formalizar, a partir dos anos 1960, um pacto de defesa mútua nos moldes da Organização do Tratado

do Atlântico Norte (OTAN), envolvendo esses três países. O objetivo, claro, era conter o expansionismo soviético na região.

Nessa época, tanto o Brasil como a Argentina, consideravam que, se existia um fator de desestabilização no Atlântico Sul, era a política racista conduzida pelo governo sul-africano: o *Apartheid*, fato que colocou por terra as pretensões dos EUA em constituir um pacto político-militar para o Atlântico Sul. Fora isso, o Brasil sempre demonstrou grande interesse em incrementar o comércio com países da África Subsaariana (especialmente as ex-colônias portuguesas), naturalmente contrários ao regime sul-africano.

O término da Guerra e o fim do *Apartheid*, em abril de 1994, permitiram uma gradativa aproximação político-diplomática entre a África do Sul e os seus vizinhos do outro lado do Atlântico, especialmente, o Brasil.

Mas, a ideia de se criar uma espécie de OTAN, no Atlântico Sul, não foi de todo esquecida. Vez por outra, o governo norte-americano tem consultado países da região, no sentido de juntá-los aos dispositivos estratégicos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Até agora, nenhum dos países da área tem se mostrado animado com a ideia. O anúncio de que os EUA estavam reativando sua Quarta Frota Marítima vem causando apreensões e desconfianças, especialmente, por parte dos países da América do Sul (OLIC, 2011, p. 26, 29, 31).

3.1 Brasil

3.1.1 O Promontório Nordeste: Considerações Gerais

O Brasil detém o Promontório Nordeste que é a parte continental mais avançada da América Meridional à entrada do Atlântico Sul. Por sua vez, na Amazônia, característica região de trânsito, manifesta-se a pressão dos espaços interiores e a capacidade de penetração das influências oceânicas.

Assim, nosso país detém vantagens reais, através de um extenso litoral, não muito recortado, o qual dispõe de bons portos, em número satisfatório e, localização conveniente, sobre um oceano em torno do qual, ocorrem significativas relações comerciais, que envolvem os EUA, a Europa, a África e a América Latina.

Nesse contexto, resta ainda reforçar o significado da área geopolítica do Nordeste brasileiro, no conjunto sul-americano, para o qual continua a desempenhar, como para o Brasil, em escala apenas diferente, o mesmo papel de bastião avançado de defesa contra ações extracontinentais, provindas do Atlântico ou de outras áreas, além de ser uma vital plataforma de projeção para o Oriente.

Por outro lado, o Oceano Atlântico nos coloca em contato direto com os centros de produção e de cultura do Hemisfério Norte, dos quais procedem, os impulsos mais fortes de renovação e de progresso, através da moderna tecnologia e dos avanços científicos, que acrescentam e complementam novos conhecimentos à nossa realidade concreta.

Pelo que foi consignado, temos claro que devemos levar em consideração, para o pleno entendimento da relevância do Promontório Nordeste, quer no que concerne à esfera continental da América do Sul, quer no que diz respeito à sua posição em face do Atlântico Sul, os seguintes suportes geopolíticos:

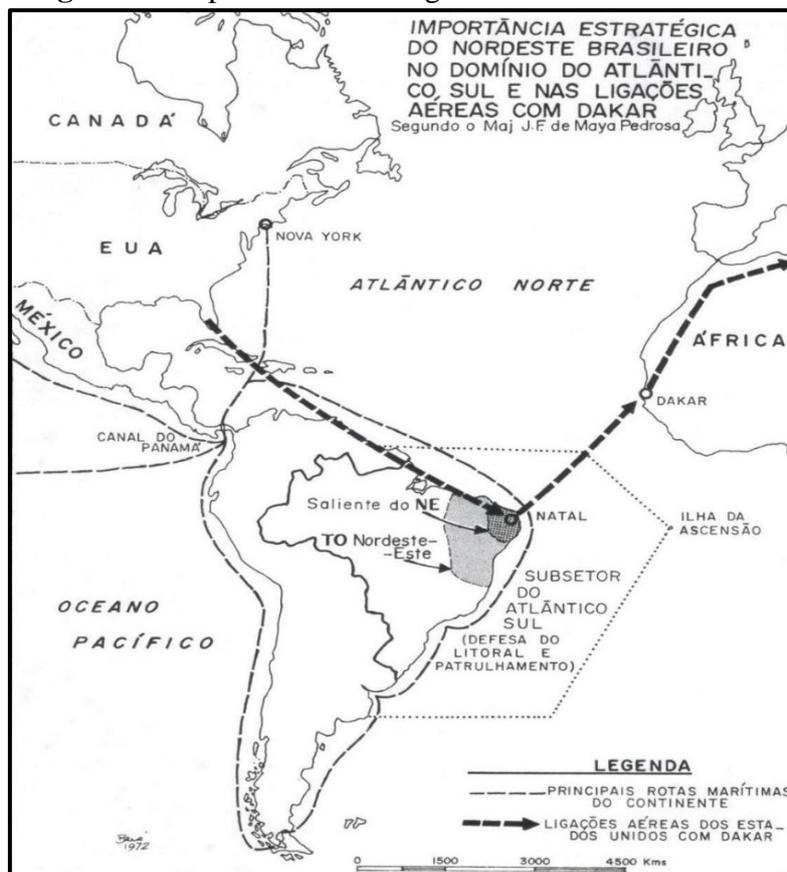
- Valorização e integração espaciais, abrangendo o interior brasileiro;
- A busca de um projeto pacífico, tendo em vista as relações internacionais;

- Uma política simultânea de integração e, se for o caso, de contenção, na área das nossas fronteiras;
- Colaboração continental, bem como com as nações africanas.

3.2 O Significado Estratégico do Nordeste à Entrada do Atlântico Sul

A situação geográfica do Brasil mostra o valor estratégico do seu litoral e, particularmente, a do saliente nordestino. Projetado sobre o Atlântico Sul, estreitando-o e dominando-o, a meio caminho da África. Trata-se, portanto, de uma área de grande relevância para as operações ao sul do Equador.

Figura 1 - Importância Estratégica do Nordeste Brasileiro

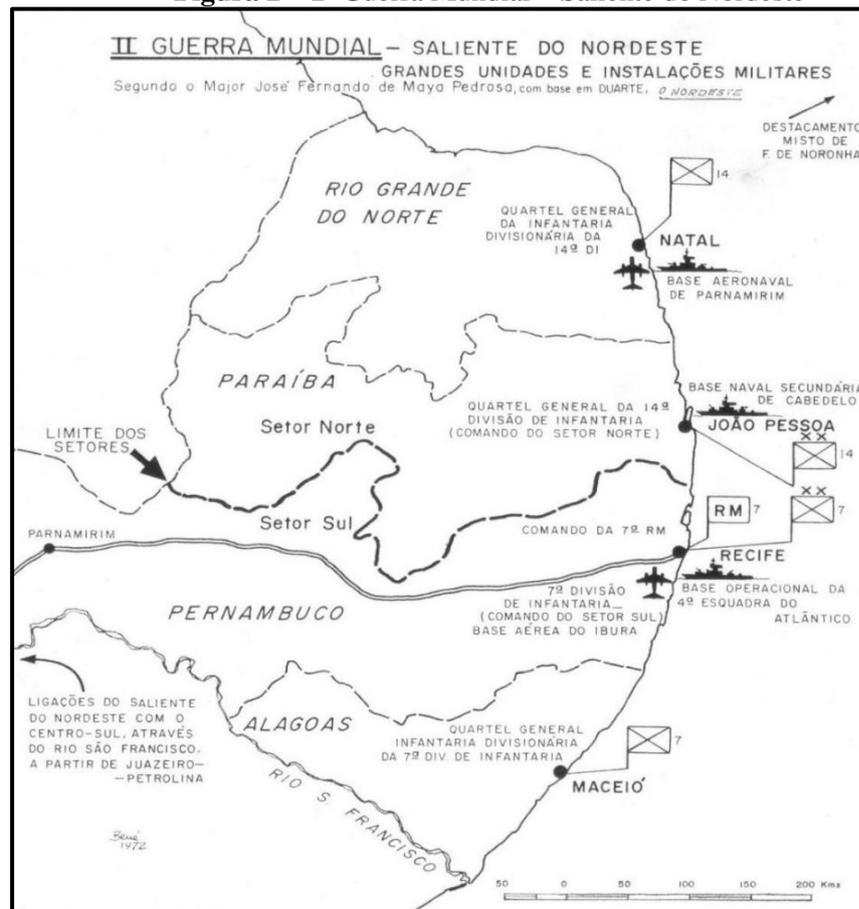


Fonte: Brasil. História do Exército Brasileiro. Vol. 3, p. 827, 1972.

Foi considerado, portanto, como fator decisivo para a conduta da Guerra e, por esta razão, porta de entrada, alvo principal de qualquer agressão das potências do Eixo, no decurso do Segundo Conflito Mundial.

Com o domínio do norte da África pelos nazistas, tornou-se extremamente importante o fortalecimento das defesas do nordeste brasileiro. O instrumento defensor desta região, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Fernando de Noronha, expressou-se através de um batalhão de caçadores em cada capital de Estado e duas baterias de artilharia, uma em Recife e, outra, em Salvador.

Figura 2 – 2ª Guerra Mundial – Saliente do Nordeste



Fonte: Brasil. História do Exército Brasileiro. Vol. 3, p. 827, 1972.

O Governo criou o Teatro de Operações Norte-Nordeste, em meados de 1941 e, a partir de então, foram aparecendo providências destinadas a colocar na imensa área, os meios defensivos. Em julho, organizaram-se três Regimentos de Infantaria, o 14º, 15º e 16º, sediados em Recife, em João Pessoa e, em Natal, respectivamente. O arquipélago de Fernando de Noronha foi ocupado e fortificado. Deslocaram-se novos elementos para a região, consolidando-se a planificação, através de unidades de artilharia antiaérea e de costa. Natal, ainda provinciana, passou a suportar os efeitos e a movimentação de uma Base Naval, da Base Aérea de Parnamirim e de uma Brigada de Infantaria e as Tropas de Apoio. Foi criado um sistema de vigilância da costa, bem como foi estruturada a Defesa Civil. Em tempo relativamente curto, a Região Nordestina, graças ao esforço conjugado de milhares de militares e civis, logrou condições para resistir, mais favoravelmente, a qualquer ataque do Eixo.

Concluído o esquema de defesa, suporte, o triângulo Natal-Fernando de Noronha-Recife, vieram os longos meses de espera, à expectativa de um ataque que, felizmente, jamais se concretizou.

Devemos ressaltar, todavia, que o esforço referente à defesa ali sediado, serviu, posteriormente, aos EUA que, obrigatoriamente, a partir das Bases estabelecidas no Nordeste Brasileiro deslocaram Tropas e equipamentos para darem maiores reforços ao Norte da África, onde os aliados lutavam, principalmente os EUA, contra a Alemanha no decurso do Segundo Conflito Mundial.

4. ASPECTOS ESTABELECIDOS NO ATLÂNTICO SUL, PRÓXIMOS OU AO LARGO, DAS COSTAS ORIENTAIS DA AMÉRICA DO SUL (BRASIL)

O litoral do Atlântico Sul, na América do Sul, abrange os Estados brasileiro, argentino e uruguaio. Em relação ao litoral do Estado brasileiro, deveremos efetuar várias considerações, a seguir.

- **Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)**

As Diretrizes Gerais da PNRM, baixadas pelo Presidente da República, em 12 de maio de 1980, estabelecem a fixação de medidas essenciais à promoção da integração do Mar Territorial e Plataforma Continental ao espaço brasileiro e à exploração racional dos oceanos, aí compreendidos os 9 recursos vivos, minerais e energéticos da coluna d'água, solo e subsolo, que apresentem interesse para o desenvolvimento econômico e social do País e para a segurança nacional.

Nesse sentido e, considerando o disposto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, faz-se mister a elaboração de um Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, com o propósito de estabelecer as diretrizes reguladoras das ações a serem empreendidas, visando à determinação do limite exterior de nossa plataforma continental, além de 200 milhas marítimas.

A plataforma continental de um Estado Costeiro é definida, na Parte VI da Convenção, como sendo o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. Nessa mesma Parte VI, no Artigo 76, é dito na Convenção, que o Estado Costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental, quando essa margem se estender além das 200 milhas marítimas, de acordo com os seguintes critérios alternativos: uma linha traçada com referência aos pontos fixos mais exteriores, em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja, pelo menos, 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental ou uma linha traçada com referência aos pontos fixos, situados a não mais de 60 milhas marítimas do pé do talude continental.

Além disso, também são estabelecidos critérios restritivos alternativos, determinando limites, além dos quais não se poderá estender a plataforma continental. São eles: 350 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial ou 100 milhas marítimas da isóbata de 2.500 metros. O limite exterior da plataforma continental brasileira deverá ser estabelecido, mediante a execução de tarefas, em consonância com os critérios acima referidos. Nesse contexto, deverão ser observadas, na sequência, de acordo com a conveniência relativa à realização dos trabalhos, as seguintes fases: determinação das linhas de base, sejam normais, sejam retas, ao longo de todo o litoral brasileiro, de acordo com o estabelecido na Convenção e, com possíveis futuras recomendações emanadas da Comissão de Limites da Plataforma Continental; determinação do pé do talude e da isobatimétrica de 2.500 metros, ao longo de todo o litoral brasileiro, utilizando métodos adequados de ecobatimetria; realização de trabalhos de geofísica (sísmica, gravimetria e magnetometria), segundo perfis pré-estipulados, com o propósito de determinar as espessuras das rochas sedimentares, a fim de correlacioná-las com as respectivas distâncias ao pé do talude; utilização de métodos adequados de processamento e interpretação dos dados batimétricos e

geofísicos obtidos e elaboração dos documentos cartográficos necessários e, das informações científicas e técnicas de apoio.

Na execução das tarefas acima mencionadas, que visem, especificamente, a determinação do bordo exterior da plataforma continental, ter-se-á sempre em mente, a utilização de pesquisadores das universidades brasileiras e, quando for o caso, de especialistas da iniciativa privada.

A Convenção, em seu Artigo 76, Parágrafo 7, estipula que a linha demarcatória do bordo exterior da plataforma continental deverá unir pontos que não excedam a distância de 60 milhas marítimas. Tal parâmetro, contudo, poderá e deverá ser alterado, segundo as seguintes necessidades: sempre que houver alguma dúvida sobre o exato limite exterior da plataforma continental, a fim de evitar que o Brasil venha a eventualmente perder parte da área de fundos marinhos onde, de acordo com a Convenção, exerceria direitos soberanos quanto à exploração e aproveitamento dos recursos minerais; obtenção de dados que contribuam para aumentar as informações relativas à possível ocorrência de recursos minerais; obtenção de dados oceanográficos, visando ao melhor conhecimento do meio ambiente marinho, em proveito dos interesses nacionais e obtenção de dados que contribuam para a análise e o estudo de feições geológicas de interesse.

Conforme salientamos, a Linha do Equador passa pelo Delta do Amazonas e, será a partir da mesma, que iniciaremos a nossa reflexão sobre outros contextos geográficos do Atlântico Sul.

- **Delta do Amazonas**

O imenso delta formado pelos rios Amazonas, o mais caudaloso da Terra e o Tocantins, no norte da América do Sul, é chamado Delta do Amazonas. Ele recebe, ainda, as águas de centenas de rios menores. Localizado entre os Estados brasileiros do Pará e Amapá, é circundado pela maior floresta tropical do planeta e pelo Oceano Atlântico. Seus infindáveis canais envolvem centenas de ilhas e ilhéus, com destaque para a Ilha de Marajó (Pará), maior ilha fluviomarinha do mundo, que detém belas praias, florestas e cerrados. Além da Ilha de Marajó, destacamos as Ilhas Caviana e Mexiana.

- **Ilhas**

No que concerne às ilhas que pertencem ao Brasil, devemos ressaltar as seguintes:

- **Arquipélago de São Pedro e São Paulo**

O arquipélago de São Pedro e São Paulo é um conjunto de pequenas ilhas rochosas e pedregosas pertencentes ao Estado brasileiro de Pernambuco. Situam-se na parte central do Oceano Atlântico Equatorial, distando 627 km do arquipélago de Fernando de Noronha, 986 km do ponto mais próximo do Continente e 987 km, a partir de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Apesar de pertencer ao Estado de Pernambuco, é mais próximo do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 1998, foi inaugurada a estação científica na Ilha Belmonte, dando início ao Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago) sob a administração da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).

A presença permanente de cientistas na Estação é necessária para provar a habitabilidade no arquipélago, o que é fundamental para a obtenção do seu reconhecimento internacional como Território

brasileiro. Eventualmente, radioamadores expedicionários, apoiados pelas Forças Armadas, efetuam contatos internacionais via rádio HF e satélite, reforçando a presença do Brasil, na região.

– **Atol das Rocas**

A Reserva Biológica Atol das Rocas é uma unidade de conservação de proteção integral brasileira, situada a 267 km a Nordeste da cidade de Natal (RN) e a 148 km a Oeste do arquipélago de Fernando de Noronha (PE), em mar territorial brasileiro. O Atol tem uma área de aproximadamente 755,1 ha e abriga, além da Ilha do Farol, a Ilha do Cemitério, ambas de origem biogênica.

O Atol das Rocas é o único atol do Oceano Atlântico Sul e tem importância ecológica fundamental por sua alta produtividade biológica e, por ser uma importante zona de abrigo, alimentação e reprodução de diversas espécies animais.

– **Arquipélago de Fernando de Noronha**

Fernando de Noronha é um arquipélago brasileiro do Estado de Pernambuco. Pertence à Mesorregião Metropolitana do Recife e à Microrregião de Fernando de Noronha. Formado por 21 ilhas, ilhotas e rochedos de origem vulcânica, ocupa uma área total de 26 km², dos quais 17 km² são da ilha principal, estando distante 360 km a Nordeste de Natal, no Rio Grande do Norte e, 545 km a Nordeste da capital pernambucana, Recife. Após uma campanha liderada pelo ambientalista José Truda Palazzo Júnior, em 14 de outubro de 1988, a maior parte do arquipélago foi declarada Parque Nacional, com cerca de 11.270 ha, para a proteção das espécies endêmicas lá existentes e da área de concentração dos golfinhos rotadores (*Stenella longirostris*), que se reúnem, diariamente, na Baía dos Golfinhos, o lugar de observação mais regular da espécie em todo o planeta. Em 2001, a UNESCO declarou Fernando de Noronha, Patrimônio Natural da Humanidade.

– **Arquipélago dos Abrolhos**

O Arquipélago dos Abrolhos localiza-se no Oceano Atlântico, no sul do litoral do Estado da Bahia, sendo constituído por cinco ilhas. As cinco ilhas do arquipélago são: Ilha Santa Bárbara (sob controle da Marinha do Brasil, onde está o farol e, também, sendo a única ilha habitada), Ilha Siriba, Ilha Redonda, Ilha Sueste e Ilha Guarita. Quatro ilhas são áreas intangíveis, sendo o desembarque nas mesmas, proibido. Somente a Ilha Siriba é aberta à visitação e de forma totalmente programada e monitorada. As ilhas estão dispersas numa área total de 913 km², área que pertence ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, controlado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o apoio da Marinha do Brasil. O arquipélago foi a primeira área do Brasil que recebeu o título de "Parque Nacional Marinho", pelo Decreto N° 88.218, de 6 de abril de 1983.

– **Trindade e Martim Vaz**

Trindade e Martim Vaz é um arquipélago brasileiro no Oceano Atlântico que faz parte do município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O arquipélago dista cerca de 1.200 km do litoral do Espírito Santo. De todas as ilhas desse arquipélago, apenas Trindade é habitada e a única localidade

existente na Ilha é o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), uma guarnição militar mantida pela Marinha do Brasil. O POIT é o local habitado mais remoto do Brasil, estando situado a 1.025 km de distância da localidade mais próxima, que é a guarnição mantida pela Marinha na Ilha Santa Bárbara, no Arquipélago dos Abrolhos.

Já as Ilhas Martim Vaz, são conhecidas por serem o ponto extremo leste de todo o território brasileiro, sendo juntamente com o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, um dos dois primeiros locais onde acontecem o nascer e o pôr do sol, no Brasil. O arquipélago é constituído por duas ilhas principais (Trindade e Martim Vaz), separadas por 48 km, que somam uma área total de 10,4 km². As ilhas são consideradas, pelos navegadores, como um imenso paredão no meio do Atlântico.

5. O LITORAL SUL-AMERICANO DA ARGENTINA ATÉ A TERRA DO FOGO

• Rio da Prata

O Rio da Prata é o estuário criado pelo desague das águas dos rios Paraná e Uruguai, apresentando uma forma triangular até desembocar no Oceano Atlântico. A bacia hidrográfica combinada do rio da Prata e seus afluentes (os rios Lujan, Matanza, Samborombón e Salado do Sul) possui uma superfície de aproximadamente 3.200.000 km².

O rio corre de noroeste a sudeste, medindo 2 km de largura no seu ponto de origem. No ponto onde as águas deixam de ser doces e se convertem no Oceano Atlântico, a sua largura é de 219 km. O limite exterior do rio da Prata está determinado pela linha imaginária que une Punta del Este (República Oriental do Uruguai), com Punta Rasa, no extremo norte do Cabo San Antônio (República da Argentina).

O Estuário do Rio da Prata foi, também, palco de muitos conflitos entre as nações fronteiriças a ele. A livre navegação do rio era o objetivo do Império do Brasil e do Uruguai e, que as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) e o Paraguai, queriam por limites à sua navegação. Isso gerou diversos conflitos entre os Estados, após sua independência.

Para o Brasil, significava bloquear suas comunicações com a Província de Mato Grosso e um perigo às suas fronteiras. Esses conflitos culminaram na maior Guerra da América do Sul, pelos números de soldados mobilizados, pelos armamentos, pelos mortos e, pela duração da guerra, a Guerra do Paraguai.

À retaguarda do Estuário do Prata, encontramos a Bacia Platina constituída, principalmente, pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Esta bacia possui um grande potencial hidrelétrico e, nela está sediada a Usina de Itaipu, responsável por uma ampla margem da energia utilizada no Brasil e no Paraguai.

Os seus rios são muito utilizados pela navegação e suas águas são, também, muito usadas para fins domésticos, agrícolas e industriais, tendo em vista o seu significativo desenvolvimento econômico e forte concentração populacional.

- **Ilhas Malvinas**

As Ilhas Malvinas também chamadas Ilhas Falklands, constituem um arquipélago localizado no sul do Oceano Atlântico, na plataforma continental da Patagônia. As principais ilhas estão cerca de 500 km a leste da costa do sul da América do Sul.

O arquipélago, com uma área de 12.200 km², é composto pela Malvina Ocidental, Malvina Oriental e outras 776 ilhas menores. Como um território britânico ultramarino, as ilhas têm governo próprio e o Reino Unido assume a responsabilidade pela defesa e relações internacionais do território. A capital é a cidade de Stanley, na Malvina Oriental. Existe uma grande controvérsia sobre a descoberta e, posterior colonização das Malvinas, pelos europeus.

Em vários momentos, as ilhas tiveram assentamentos franceses, britânicos, espanhóis e argentinos. O Reino Unido reafirmou seu controle sobre o arquipélago em 1833, embora a Argentina mantenha sua reivindicação às ilhas.

Em abril de 1982, forças argentinas ocuparam temporariamente o território. A administração britânica foi restaurada dois meses mais tarde, no final da Guerra das Malvinas. A população (2.932 habitantes, em 2012) é constituída, principalmente, por nativos das ilhas, a maioria de ascendência britânica. Outros habitantes incluem franceses, gibraltinos e escandinavos. A imigração vinda do Reino Unido, da Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul e do Chile, reverteu o declínio populacional. A língua predominante e oficial é o inglês.

De acordo com uma Lei de 1983, aprovada pelo Parlamento do Reino Unido, os malvinenses são considerados cidadãos britânicos. O arquipélago se encontra no limite das zonas climáticas oceânicas subantártica e de tundra e as duas principais ilhas têm sistemas montanhosos que atingem 700 m de altura. Elas são o lar de grandes populações de aves, embora muitas já não se reproduzam nas principais ilhas, por causa da concorrência com espécies introduzidas.

As principais atividades econômicas são a pesca, o turismo e a criação de ovinos, com ênfase nas exportações de lã de alta qualidade. A exploração de petróleo, licenciada pelo Governo das Ilhas Malvinas, permanece controversa, como resultado de disputas marítimas com a Argentina.

- **Estreito de Magalhães**

O Estreito de Magalhães é uma passagem navegável de, aproximadamente 600 km, imediatamente ao sul da América do Sul Continental.

Situa-se entre o Continente, ao norte e, a Terra do Fogo e o Cabo Horn, ao sul. Este Estreito é a maior e mais importante passagem natural entre os oceanos Atlântico e Pacífico. O estreito é conhecido pela dificuldade de navegação, devido ao clima hostil e à sua pequena largura. Mesmo assim, antes da criação do Canal do Panamá, o Estreito de Magalhães era a única passagem utilizada para atravessar do Atlântico ao Pacífico, evitando assim, o tempestuoso Cabo Horn.

- **Punta Arenas**

Punta Arenas é uma comuna e cidade portuária do Chile. Capital da XII Região. Está localizada na Península de Brunswick e, nas proximidades do Estreito de Magalhães, na Patagônia.

Fundada há 167 anos, em 18 de dezembro de 1848, a 62 km ao norte do antigo povoado de Forte Bulnes.

Antes da abertura do Canal do Panamá, em 1914, foi o principal porto, na área de navegação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, por sua localização geográfica.

Punta Arenas possui uma população de 150.826 pessoas. Seus habitantes têm raízes europeias, principalmente, croatas, espanhóis, suíços, iugoslavos e galeses, além de alguns moradores de Chiloé, que se mudaram para o sul de Punta Arenas.

A imigração croata até Punta Arenas, foi um determinante para o desenvolvimento da região de Magalhães e da cidade, em particular.

Atualmente, essa influência pode ser vista nos nomes de muitas lojas e edifícios. De acordo com algumas referências, cerca de 50% da população de Punta Arenas é descendente de croatas. Sua economia é baseada, principalmente, em atividades portuárias e de serviços. É o ponto de partida para a maioria dos cruzeiros que têm como destino a Antártida.

A comuna limita-se: a leste com Porvenir, Primavera e Timaukel; ao norte, com Laguna Blanca; ao sul, com o Cabo de Horn e a oeste com o Rio Verde.

• Terra do Fogo

A Terra do Fogo é um arquipélago na extremidade sul da América do Sul, formado por uma ilha principal (a Ilha Grande da Terra do Fogo, muitas vezes chamada, igualmente, Tierra del Fuego) e um grupo de ilhas menores. Sua superfície total é de 73.753 km², sendo o arquipélago separado do continente sul-americano pelo Estreito de Magalhães. A ponta mais ao sul do arquipélago é o Cabo Horn.

No século XVI, um grupo de exploradores da Espanha, sob o comando do navegador/explorador português Fernão de Magalhães à procura de uma nova rota a Oeste, para as Índias, avistou as costas de uma terra desconhecida.

Fogos dispersos e colunas de fumaça das fogueiras dos nativos pareciam boiar sobre as águas. Possivelmente, foi esta visão que deu origem ao nome do lugar: Terra do Fogo. Em 1881, o território foi dividido entre a Argentina - província da Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul - e o Chile, província da Terra do Fogo.

As localidades mais importantes do arquipélago são Ushuaia, Rio Grande e Porvenir, as duas primeiras na parte argentina e a última na chilena.

Na área onde, hoje, está situada a cidade de Ushuaia, em tempos anteriores, os índios foram, paulatinamente, desaparecendo, sendo substituídos pelos colonos brancos, grupos de espanhóis, portugueses, argentinos, italianos e garimpeiros que, frequentemente, entravam em conflito.

Esses primeiros colonos brancos de Ushuaia também lutaram por sua própria sobrevivência e vários abandonaram a comunidade por falta de apoio oficial.

Nesse período, Ushuaia contava com dezesseis casas, sem nenhuma comodidade. Existiam poucas ruelas, cinco armazéns de pouca importância, uma escola com poucos meninos, que quase sempre estava fechada por falta de pessoal, uma serraria a vapor, uma baía frequentada por barcos, uma Missão Anglicana, na frente da baía e, oitenta habitantes que viviam isolados, à 600 léguas de Buenos Aires.

Como Ushuaia, agora, era capital de um Território, aos poucos iam aparecendo algumas melhorias e a sociedade se organizava. No final do século XIX, a escola foi reforçada com novos

professores e foram criados o juizado de paz, o registro civil, o serviço médico, o correio, um destacamento policial, um pequeno cárcere, enquanto eram fundadas algumas estâncias na zona rural, além de ser construído o prédio do cabildo e se instituírem outras repartições públicas. Também sediou diversas expedições científicas nesta época, estrangeiras e nacionais. Foi elaborada a primeira planta urbana para orientar o futuro crescimento da cidade e começou a ser implantado um projeto de estabelecimento de uma colônia penal para fomentar o povoamento. Em 1895 havia uma população de 477 pessoas, com 225 delas vivendo na zona urbana.

O trabalho das missões inglesas prosseguiu com o beneplácito das autoridades argentinas e, atraindo indígenas de outras etnias, como os Onas, que encontraram nelas um refúgio temporário, até que as doenças também os dizimassem. As missões, por outro lado, tiveram uma importância econômica, introduzindo o gado bovino, ovino e caprino na região, tendo iniciado a exploração e o beneficiamento da madeira da ilha.

A presença dos anglicanos despertou a atenção do clero católico argentino. Assim, os salesianos enviaram para Ushuaia seu primeiro missionário em 1897, o padre Ramón Lista. Foi edificada uma capela, em 1898, da qual foi nomeado pároco o padre Juan Fossatti.

No século XX, apareceram os primeiros sinais de atividade intelectual autóctone, em Ushuaia, através da fundação de alguns periódicos, começando a se formar uma pequena elite de oficiais, comerciantes e estancieros, que já possuíam casas mais elegantes e bem decoradas e demonstravam possuir uma educação refinada.

Todavia, o que dominou a vida da pequena cidade, ao longo da primeira metade do século XX, foi a construção de um enorme presídio, iniciado em 1902 e, ampliado várias vezes, ao longo das décadas seguintes, destinado a receber condenados de todo o país.

Esses fatos desencadearam uma série de melhorias na infraestrutura urbana, como a instalação da iluminação elétrica, de uma rede de telefonia, de um destacamento de bombeiros, uma farmácia, uma alfaiataria, uma sapataria, ateliês de fotografia, a criação de novos estabelecimentos comerciais e, das primeiras indústrias, bancos e hotéis, além dos apenados. Ressaltamos que, os apenados serviram como mão de obra para todas as construções urbanas e obras públicas.

Essa situação passou a coexistir com uma forte tensão social, tendo em vista que os habitantes conviviam diariamente com uma população penal igual ou maior do que a população residente, a qual vivia mais fora da prisão do que dentro dela, despertando temores de fugas ou de violências.

Enquanto isso, as atividades econômicas se fortaleceram, principalmente, através da criação de ovelhas, acarretando a abertura de estradas, a construção de pontes e a instalação de frigoríficos e tosquiarias, sediados em estâncias de toda a ilha, desenvolvendo, também, o comércio exportador para toda região e para o exterior.

A importância dessa atividade foi demonstrada pelo significativo porte do rebanho, ao redor de 1925, com mais de um milhão de cabeças. Outras atividades econômicas que evoluíram, nas primeiras décadas do século XX, foram: a piscicultura e a pesca.

Todavia, a administração pública enfrentou diversas dificuldades, diante da rápida sucessão de vários governantes e da pouca atenção recebida pelo governo central da Argentina. A situação do presídio sugeria muitas preocupações, em virtude das revoltas, fugas e maus tratos, envolvendo os apenados, aumentando as tensões e a sensação de abandono e isolamento da população.

Ao lado de tais acontecimentos, havia a situação política argentina tumultuada e portadora de uma legislação confusa, o advento da Primeira Guerra Mundial e atividades internacionais anarquistas

e bolcheviques que eclodiram em Ushuaia, tornando a realidade local incerta, vindo a prejudicar as obras públicas e os serviços oficiais.

Assim, boa parte da população abandonou a cidade e sua economia sofreu vários choques negativos. Por outro lado, a partir da década de 1920, verificaram-se avanços na saúde pública, na educação, nos transportes, na cultura, no turismo e na vida comunitária. A escola foi ampliada, foi estabelecida uma biblioteca, a navegação expandiu-se e foi estabelecida uma linha aérea e um aeroporto.

Em 1947, o presídio foi fechado, encerrando uma importante etapa na história de Ushuaia. Novas mudanças aconteceram, também, em outras esferas: foi estabelecida uma base naval que absorveu as instalações da antiga Missão Anglicana e do presídio e, em 1957, foi criado o Território Nacional da Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul, com Ushuaia como a capital. No período compreendido entre 1958 e 1964, o petróleo foi descoberto na região de Ushuaia que, à época, recebeu um grande grupo de imigrantes italianos, responsáveis por substanciais transformações na cidade.

Em 1972, a chamada "Lei da Promoção Industrial" deu grandes incentivos para a fixação de novos residentes em uma área de crescente importância estratégica. A Lei favoreceu um súbito crescimento populacional e a cidade respondeu bem aos novos desafios: surgiram inúmeros novos estabelecimentos comerciais e industriais, cresceu a rede de serviços e foi ampliada a malha urbana. Por outro lado, questões ainda pendentes entre a Argentina e o Chile, a respeito da soberania sobre algumas ilhas do canal de Beagle, acarretaram tensões no dia a dia local, até a década de 1980.

Embora as difíceis negociações diplomáticas fossem desenvolvidas sob sigilo, vazaram informações desencontradas, alimentando preocupações sobre a eventualidade de um conflito armado.

Outra questão internacional problemática foi a Guerra das Malvinas. O porto de Ushuaia foi uma das bases navais da armada argentina, tropas se movimentaram por terra ao norte da cidade e os naufragos do navio ARA General Belgrano foram atendidos no centro urbano.

A partir de 1982, a cidade e o Território foram objetos de profunda transformação institucional, inserindo-os, definitivamente, no cenário político da Argentina. Em 1983, pela primeira vez, a Terra do Fogo participou de eleições nacionais e, nesta ocasião, foram eleitos deputados, vereadores e o intendente municipal, encerrando com isso, o sistema da indicação direta.

Em 1986, o Território tornou-se Província, equiparando juridicamente a Terra do Fogo às outras províncias da Argentina, permanecendo Ushuaia como sua capital. Nesse período, a nova província possuía 57 mil habitantes, criava 661 mil cabeças de gado, explorava 140 mil m³ de madeira, 1,6 milhões de m³ de petróleo e 3,1 milhões de m³ de gás natural, pescava 300 toneladas de peixes e mariscos, tinha 124 indústrias instaladas, 45 educandários e, era visitada por 60 mil turistas, anualmente. Em 1991, foram concluídos os processos de mudança com a realização de eleições para o governo provincial.

Recentemente, Ushuaia tornou-se um forte polo turístico, ao mesmo tempo em que se consolidaram outras atividades produtivas: serviços, cultura e instituições.

6. ASPECTOS RELEVANTES DO ATLÂNTICO SUL AFRICANO

• Estreito de Gibraltar

O Estreito de Gibraltar é uma separação natural entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico e, entre dois Continentes, a Europa e a África. Ao Norte, encontram-se a Espanha e o Território Britânico Ultramarino de Gibraltar. Ao Sul, o Marrocos e Ceuta, enclave espanhol no Norte da África. A soberania sobre o território de Gibraltar é do Reino Unido, gozando a população de Gibraltar cada vez mais autonomia. Em referendos, na última década, o povo de Gibraltar rechaçou qualquer possibilidade de associação com o Estado espanhol.

A profundidade do Estreito varia entre aproximadamente 280 m, no Umbral de Camarinal e, quase 1000 m, nas proximidades da Baía de Algeciras. A largura mínima do Estreito é da ordem de 14,4 km, entre Punta de Oliveros, na Espanha e, Punta Cires, no Marrocos.

Em poucos lugares do mundo se observam tantos contrastes sociais, em uma distância tão reduzida. A parte espanhola está protegida pelo Parque Natural do Estreito.

Através do Estreito de Gibraltar ocorre o intercâmbio de águas entre o Atlântico e o Mar Mediterrâneo: as águas superficiais, relativamente frias e pouco salinas, provenientes do Atlântico, entram no Mar de Alborão, sobrepondo-se às águas profundas, mais quentes e salinas, que retornam do Mediterrâneo. As correntes são fortes e, variam ao longo do dia, sendo causa de frequentes acidentes de navegação.

O Estreito de Gibraltar, que antes já era de fundamental importância para a navegação entre os dois Continentes, passou, posteriormente, a ter um papel estratégico no controle do tráfego de navios.

O tráfego anual é elevadíssimo, com mais de 85.000 navios a cruzar o Estreito todos os anos. Além disso, imigrantes em situação ilegal viajam da África para a Europa e vice-versa, através do Estreito.

• Ilha da Madeira

A Ilha da Madeira é a principal ilha do arquipélago da Madeira, situado no Oceano Atlântico, a sudoeste da costa portuguesa, anexado à União Europeia.

Constitui, conjuntamente com Porto Santo, Ilhas Desertas e Ilhas Selvagens, o arquipélago da Madeira e a Região Autónoma da Madeira, que tem como capital a cidade do Funchal.

A Ilha da Madeira possui origem vulcânica, 742,4 km², extensa flora exótica e o seu clima é subtropical. A economia é amplamente voltada para o turismo.

A cidade do Funchal, principal centro urbano e porto da ilha, situa-se na Costa Sul, distando cerca de 685 km da Costa Africana (Cabo do Sem, Marrocos) e 973 km de Lisboa.

A Ilha é muito montanhosa, com profundos vales incrustados entre os picos mais altos e falésias na maior extensão da costa, totalizando cerca de 160 km de extensão. A altitude média é de 1.371,6 m, sendo os pontos mais elevados o Pico Ruivo (1.862 m) e o Pico das Torres (1.853 m).

As praias de areia fina são raras. O extremo leste, chamado Ponta de São Lourenço forma um cabo alongado e, relativamente pouco elevado, que se prolonga até dois ilhéus próximos. Na Costa Sul, a Oeste do Funchal, situa-se o Cabo Girão, uma das mais altas falésias do mundo.

A Laurissilva, floresta que cobria a Ilha antes da colonização, foi quase inteiramente queimada pelos primeiros colonos e, apenas alguns hectares nos vales ao norte da Ilha se preservaram. Foi classificada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1999. A floresta atual contém espécies endêmicas e, também, plantas trazidas pelos colonos, além de variedades tropicais cultivadas, como a banana e o maracujá, entre outros. O solo vulcânico é, geralmente, muito fértil (cerca de 3 vezes mais fértil que o de Portugal Continental) e a umidade da montanha favorece o crescimento de uma vegetação exuberante.

As Ilhas do Arquipélago da Madeira já seriam conhecidas antes da chegada dos portugueses, sobretudo, porque já existia a representação destas em cartas geográficas.

Um ano após a descoberta de Porto Santo, por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, os dois navegadores em conjunto com Bartolomeu Perestrelo, chegaram à ilha da Madeira, em 1419.

Tendo em vista a importância estratégica destas, iniciou-se, por volta de 1425, a colonização das mesmas. A partir de 1440, estabeleceu-se o regime das Capitânias, com a investidura de Tristão Vaz Teixeira como Capitão-Donatário da Capitania de Machico. Seis anos mais tarde, Bartolomeu Perestrelo tornou-se Capitão-Donatário do Porto Santo e, em 1450, Zarco foi investido Capitão-Donatário da Capitania do Funchal.

- **Arquipélago dos Açores**

Os Açores constituem um arquipélago que, embora situado, precisamente, sobre a Dorsal Média Atlântica, devido à sua proximidade com o continente europeu e à sua integração política na República Portuguesa e na União Europeia, é geralmente englobado na Europa.

Os Açores, oficialmente Região Autónoma dos Açores, é um arquipélago transcontinental e um território autónomo da República Portuguesa, situado no Atlântico Nordeste, dotado de autonomia política e administrativa, consubstanciada no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Os Açores integram a União Europeia, com o estatuto de região ultraperiférica do território da União, conforme estabelecido nos artigos 349.º e 355.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

A sua localização no Atlântico, acima da Linha do Equador, fez com que as ilhas açorianas constituíssem, durante séculos, uma autêntica encruzilhada nas rotas transatlânticas.

Na fase da navegação à vela, devido ao regime de ventos e correntes que obrigava à "volta do largo", as embarcações provenientes do Atlântico Sul (da Índia, Extremo Oriente e outras partes da Ásia, da África, do Brasil e outras partes da América do Sul) e das Caraíbas (das chamadas "Índias Ocidentais") faziam uma larga rotação, no sentido dos ponteiros do relógio que as trazia até às proximidades do Grupo Ocidental, cruzando, depois o arquipélago, em direção à Europa. É esse o percurso, que ainda hoje, faz a navegação de recreio, utilizando como ponto de apoio, o porto da Horta, Ilha do Faial.

Com o aparecimento da navegação à vapor, os portos dos Açores, particularmente, os de Ponta Delgada e Horta, os únicos com molhes de proteção e cais acostáveis de dimensão apreciável, assumiram importante papel no fornecimento de carvão.

Com o advento da aviação, os Açores cedo ganharam importância como ponto de apoio. As primeiras travessias aéreas do Atlântico escalaram os Açores e a Horta, com a sua baía abrigada e ligações telegráficas intercontinentais, via cabo submarino, foram uma importante escala nas ligações

entre a Europa e a América por hidroavião (os clippers), no período imediatamente anterior, à Segunda Guerra Mundial.

Terminada a Guerra, a base norte-americana da Ilha de Santa Maria, rapidamente se transformou num aeroporto internacional e centro de escalas técnicas para as aeronaves que cruzavam o Atlântico, entre as Américas, o sul da Europa, o norte da África e o Médio Oriente.

Igual papel, mas para a aviação militar, teve e continua a ter, a Base das Lajes, na Ilha Terceira, onde, após a saída do contingente britânico, chegado em 1943, se instalou um destacamento militar dos EUA, naquela que é a Base Aérea n.º 4, da Força Aérea Portuguesa (ainda em pleno funcionamento).

As discussões em torno do papel geoestratégico dos Açores e da função do arquipélago como ponto de fronteira entre as esferas de interesse norte-americana e europeia, ainda assume papel relevante na discussão política açoriana e, na postura da classe política, face aos interesses portugueses no Atlântico.

As questões em torno da alocação de contrapartidas concedidas pelos EUA pela utilização da Base Aérea das Lajes, na Ilha Terceira, têm ocupado, embora de forma estéril, a atividade parlamentar e são presença constante na negociação com Portugal e com os EUA.

Mais recentemente, o fato das águas da Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores serem, de longe, as maiores da União Europeia, com os seus 994.000 km² e, por isso, constituírem o grosso das chamadas "águas ocidentais" da União, tem levado a acesos debates sobre as vantagens da integração açoriana na União Europeia.

Nos termos dos Tratados em vigor e, do projeto de tratado para a Constituição Europeia, a gestão dos recursos biológicos marinhos é competência exclusiva da União, o que levou já à abertura parcial da pesca (entre as 100 milhas náuticas e as 200 milhas náuticas) a embarcações comunitárias, contra a vontade do governo açoriano.

• Ilhas Canárias

As Ilhas Canárias constituem um arquipélago espanhol, no Oceano Atlântico, ao largo do Marrocos, constituindo uma Região Autônoma do Reino da Espanha. É, também, uma das oito regiões com uma consideração especial da Nacionalidade Histórica, reconhecidas como tal pelo Governo espanhol. A área é de 7.447 km², sendo assim, a 13ª Comunidade espanhola em área.

As Ilhas Canárias constituem o território mais próximo do arquipélago português da Madeira, junto ainda, dos Açores e de Cabo Verde. As suas capitais são: Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas de Gran Canaria.

O arquipélago das Canárias apresenta sete ilhas principais, divididas em duas províncias e várias pequenas ilhas e ilhéus costeiros: - Província de Santa Cruz de Tenerife: Tenerife, La Palma, La Gomera e El Hierro; - Província de Las Palmas: Gran Canária, Fuerteventura e Lançarote; - Arquipélago Chinijo: com Graciosa e Alegranza; - Ilha de Lobos: Montaña Clara, Roque del Oeste e Roque del Este. Há, ainda, um conjunto de pequenos ilhéus costeiros, penedos e ilhotas: Anaga, Salmor e Garachico.

Antes da chegada dos aborígenes, as Ilhas Canárias foram habitadas por animais endêmicos, como alguns extintos: lagartos gigantes (*Gallotia goliath*), ratos gigantes (*Canariomys bravoii* e *Canariomys tamarani*) e tartarugas gigantes (*Geochelone burchardi* e *Geochelone vulcanica*), entre outros.

No século XIX e, na primeira metade do século XX, a crise econômica que se fez sentir no arquipélago foi devida à emigração, cujo destino principal foi o continente americano.

No início do século XX, foi introduzida, nas Ilhas Canárias, pelos ingleses, uma nova monocultura: a banana, cuja exportação começou a ser controlada por companhias comerciais.

A rivalidade entre as elites das cidades de Santa Cruz e Las Palmas, pela condição de capital das ilhas, fez com que, em 1927, se tomasse a decisão da divisão do arquipélago em províncias. Atualmente, a capital está dividida entre essas duas cidades.

A economia é baseada no setor terciário (74,6%), principalmente, o turismo, que tem proporcionado o desenvolvimento da construção civil. A origem dos turistas é a seguinte: espanhóis (30%), além de outros, tais como: os alemães, britânicos, suecos, franceses, russos, austríacos, neerlandeses, portugueses e de outras nacionalidades europeias.

A indústria é basicamente alimentar, salvaguardando as que se remetem ao tabaco e à refinação de Petróleo (a refinaria de petróleo de Tenerife é a maior da Espanha). Depois da ocupação do Saara Ocidental, pelo Marrocos, as indústrias de conserva e de salga de pescado desapareceram.

Somente 10% do solo é cultivado, destacando-se as culturas de cevada, trigo, tomate, banana e tabaco, orientadas para o comércio com o resto da Espanha e da União Europeia. Há, inclusive, a exportação de frutas tropicais, tais como o abacate e a manga, além das flores. A pecuária, principalmente, a caprina e a bovina, sofreu um importante retrocesso nas últimas décadas.

• Cabo Verde

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um país insular localizado em um arquipélago, formado por dez ilhas vulcânicas, na região central do Oceano Atlântico, a cerca de 570 km da costa da África Ocidental. As ilhas cobrem uma área total de pouco mais de 4.000 km².

O arquipélago foi ocupado e, conforme a colônia cresceu, em importância entre as principais rotas de navegação entre Europa, Índia e Austrália, a população aumentou de forma constante. No momento da sua independência de Portugal, em 1975, os cabo-verdianos emigraram para todo o mundo, de tal forma que a população, no século XX, com mais de meio milhão de pessoas nas ilhas é igualada pela diáspora cabo-verdiana na Europa, na América e na África.

Com o processo de formação nacional, muito cedo, a máquina administrativa foi sendo assegurada pelos nascidos em Cabo Verde, ou pelos que já tinham grande identificação com a colônia, com exceção, dos cargos elevados como: governadores e chefes militares.

A "autossuficiência" administrativa de Cabo Verde estava associada à uma escolarização relativamente desenvolvida e à existência de uma imprensa, mais ou menos, dinâmica introduzida por Portugal, que contribuíram para o surgimento de uma elite intelectual e burocrática.

Cabo Verde é um Estado Arquipélago, com uma economia subdesenvolvida e, que sofre com uma carência de alternativa de recursos e com o crescimento populacional. Os principais meios econômicos são: a agricultura, a riqueza marinha do arquipélago, a prestação de serviços (que corresponde a 80 % do Produto Interno Bruto) e, mais recentemente, o turismo. As principais ilhas turísticas são a Ilha do Sal e a Ilha da Boa Vista.

A agricultura sofre com os constantes períodos de seca e carece de uma melhor infraestrutura e modernização das técnicas agrícolas. Os investimentos que atenderiam a essa necessidade deveriam advir de uma melhor educação dos cultivadores e da organização de um mercado de consumo dos produtos.

Os produtos desta agricultura de sequeiro, com base na associação tradicional do milho e dos feijoeiros anuais, destinam-se, basicamente, ao mercado interno cabo-verdiano (embora não suficientes para atender a procura, sendo indispensável a importação maciça de alimentos).

Além disso, foram introduzidas novas culturas de produtos e plantas como: legumes, frutas e hortaliças para a distribuição interna no mercado. Os principais produtos exportados são: o café, a banana e a cana de açúcar, que possuem mercados restritos e limitados.

No setor de pesca, vem sendo implantada a modernização dos meios artesanais e métodos tradicionais para melhor o aproveitamento desses recursos. Isso vem sendo feito, através do apoio de organismos especializados, porém, a rentabilidade da pesca exige a industrialização do pescado e a organização dos mercados para que seja escoada a produção.

Portugal tem cooperado e ajudado Cabo Verde a nível econômico e social, resultando na indexação de sua moeda, o Escudo Cabo-Verdiano, ao Euro e, no crescimento de sua economia interna. O presidente da Comissão Europeia, no segundo semestre de 2004, José Durão Barroso, prometeu integrar Cabo Verde à área de influência da União Europeia, através de maior cooperação com Portugal.

A economia cabo-verdiana desenvolveu-se, significativamente, desde o final da década de 2000 e, nos dias atuais, essa transformação é sustentada por um vasto programa de infraestrutura, por parte do Governo, em domínios vitais, como os transportes terrestres, os transportes marítimos, os transportes aéreos e as comunicações.

O País tem muitos emigrantes espalhados pelo mundo (com especial foco para os EUA e Portugal), que contribuem com remessas financeiras significativas para o seu país de origem.

Em 2007, Cabo Verde aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) e, em 2008, o País deixou a classificação de "subdesenvolvido" para de renda média.

- **Rio Níger**

Níger é o terceiro rio mais longo da África e o principal da África Ocidental, com cerca de 4.180 km de comprimento e uma bacia hidrográfica de 2.200.000 km². Nasce nas montanhas, na fronteira entre a Guiné e a Serra Leoa, dirige-se para o Norte e, depois, para Nordeste, passando por Bamako, capital do Mali e, depois por Tombuctu. No meio do deserto do Saara, faz uma apertada curva para Sudeste, passando por Niamei, a capital do Níger. Serve de fronteira entre este país e o Benim e, deságua no Golfo da Guiné, num enorme delta, no sul da Nigéria. O seu principal afluente é o rio Benué.

Esta estranha forma em arco parece ser devida ao fato deste rio ter sido originado pela junção de dois outros rios: o que segue para Nordeste, desaguaria num lago interior, antes do Saara se ter tornado um deserto (há cerca de 6.000 anos) e o que segue para Sudeste, teria origem nas montanhas próximas da atual curva. Por esta razão, o Níger tem uma grande importância histórica, uma vez que, propiciava o abastecimento das caravanas que atravessavam o Continente e, deu origem a cidades importantes, como as atuais capitais e, ainda, Tombuctu, patrimônio da humanidade, que já foi um grande centro urbano.

O conflito no Delta do Níger é uma série de confrontos e conflitos étnico-políticos, originados no início dos anos 90, do século XX, na área do Delta do Níger, na Nigéria e, que continua até os dias atuais. A causa reside nos interesses econômicos e nas tensões entre as corporações multinacionais

produtoras de petróleo, o governo nigeriano e, vários grupos étnicos da região, que se sentiram enganados e explorados, em especial, os Grupos Ogoni e Ijaw, apoiados por grupos paramilitares.

Os conflitos políticos e étnicos continuaram ao longo da década de 1990, apesar da conversão para a democracia na Nigéria, com a eleição do governo de Olusegun Obasanjo, em 1999.

A concorrência pela riqueza do petróleo tem alimentado a violência entre inúmeros grupos étnicos, levando a militarização de quase toda a região, que foi ocupada pelas milícias tribais, pelo exército nigeriano e as forças policiais (incluindo paramilitares da Mobile Police, MOPOL).

Vítimas de crimes ligados ao conflito têm medo e, quase sempre, evitam buscar a justiça com ações judiciais, devido a crescente impunidade penal para os indivíduos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, o que criou um ciclo devastador dos conflitos e a violência cada vez maior.

• São Tomé e Príncipe

Não muito distante do litoral africano, encontramos a República Democrática de São Tomé e Príncipe, um Estado Insular, localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe) e, várias ilhotas, num total de 1.001 km², com cerca de 192 mil habitantes.

Situa-se, relativamente, próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria. As Ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses, João de Santarém e Pedro Escobar, as descobriram. Foi, então, uma colônia de Portugal, desde o século XV, até sua independência, em 12 de julho de 1975. É um dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nas costas africanas, voltadas para o Oceano Atlântico, distinguimos a embocadura do Rio Congo.

• Rio Congo

O rio Congo é o segundo maior rio da África (após o rio Nilo) e o sétimo do mundo, com uma extensão total de 4.700 km e o primeiro da África e o segundo do mundo em volume d'água, chegando a debitar um caudal de 67.000 m³/s de água, no Oceano Atlântico.

A principal extensão do rio atravessa a República Democrática do Congo, como um "U" invertido e, perto da sua foz, estabelece a fronteira com Angola.

Forma, ainda, as famosas Cataratas de Livingstone (cerca de 32 cataratas). Os seus principais afluentes são: o rio Ubangui, pela margem direita e o rio Cassai, pela margem esquerda. O seu regime depende das chuvas equatoriais e, quase toda a sua bacia, é coberta por impenetráveis florestas equatoriais. É o único rio da Terra que atravessa duas vezes a Linha do Equador.

É o rio mais profundo do mundo com 230 metros de profundidade, no Baixo Congo. Banha duas capitais: Brazzaville, na República do Congo e Kinshasa, na República Democrática do Congo.

Devido à constância do seu enorme caudal é navegável por barcos de grande tonelagem até Matadi, na República Democrática do Congo.

O primeiro europeu a chegar ao rio foi o navegador português Diogo Cão, em 1482. O rio recebe o seu nome do antigo Reino do Kongo, que se localizava nas terras ao redor da sua foz.

O rio é facilmente navegável, especialmente, entre Kinshasa e Kisangani. O rio Congo, ainda, é um local com grande fluxo de comércio, já que o País tem poucas estradas e ferrovias.

O rio Congo é o rio com o maior poder energético da África. Durante a estação chuvosa, o fluxo do rio é de 50.000 m³/s de água, que desaguam no Oceano Atlântico. Cientistas calcularam que a Bacia do Congo é responsável por 13% do potencial hidrelétrico mundial, o que seria suficiente para fornecer energia para toda a África Subsaariana.

Atualmente, existem cerca de 40 usinas hidrelétricas na Bacia do Congo. A maior é a Inga Falls, a sudoeste de Kinshasa.

Em fevereiro de 2005, a Eskom (uma empresa estatal), anunciou uma proposta para aumentar a capacidade do Inga Falls, através de melhorias e a construção de uma nova barragem. O projeto traria o máximo de saída da instalação de 40 GW, o dobro da Hidrelétrica de Três Gargantas, na China.

Todavia, há o risco de que estas novas barragens hidrelétricas possam levar à extinção de muitas das espécies de peixes endêmicas existentes no rio.

- **Cabo da Boa Esperança**

O Cabo da Boa Esperança ou primitivamente conhecido como Cabo das Tormentas, localiza-se ao sul da Cidade do Cabo e a Oeste da Baía Falsa, na província do Cabo Ocidental, na África do Sul. Ao contrário do que comumente se acredita, este cabo não é o extremo meridional do continente africano, que é o Cabo Agulhas. É considerado um dos grandes Cabos dos Oceanos Meridionais e teve especial significado para os marinheiros durante muitos séculos.

É, muitas vezes, referido em literatura marítima, simplesmente, como "o Cabo". É um ponto importante no percurso da rota dos clippers, seguida pelos veleiros para o Extremo Oriente e Austrália. Ele representa a passagem do Oceano Atlântico, para o Oceano Índico.

7. O ATLÂNTICO SUL ENTRE A AMÉRICA DO SUL E A ÁFRICA

No meio do Oceano Atlântico, entre a América do Sul e a África, destacamos a Ilha da Ascensão.

- **Ascensão**

A ilha de Ascensão é uma pequena ilha britânica no Oceano Atlântico Sul. É constituinte do território britânico ultramarino de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. Muito isolada, o seu vizinho mais próximo é Santa Helena, cerca de 1.300 km à Sudeste, seguindo-se a costa da Libéria, cerca de 1.700 km à Nordeste. A Oeste, a porção de terra mais próxima no continente sul-americano é a Ponta do Funil, localizada no município brasileiro de Goiana, no Estado de Pernambuco.

A distância entre Ascensão e a Ponta do Funil é de 2.249 km. Levando-se em consideração as ilhas oceânicas do Brasil, as distâncias são de 1.923,9 km até o arquipélago de São Pedro e São Paulo; de 2.039,7 km até a ilha Rata, em Fernando de Noronha e de 2.079,9 km, até a ilha Martim Vaz, no Arquipélago de Trindade e Martim Vaz.

A ilha de Ascensão é uma das ilhas mais estrategicamente localizadas do mundo, sendo que a base aérea da Força Aérea Real do Reino Unido, existente na ilha (Base Aérea da Ilha de Ascensão),

serve de base para as operações militares dos EUA e do Reino Unido, no Atlântico Sul, na América do Sul e na África. Além disso, a ilha de Ascensão abriga uma das cinco antenas responsáveis pela operação do Sistema de Posicionamento Global (GPS), além de uma das estações retransmissoras (em ondas curtas) da rádio *BBC World Service*, que é a maior emissora de rádio do mundo. A ilha tem uma extensão de 91 km² e sua cidade principal é Georgetown.

Na ilha de Ascensão existem poderosas estações de interceptação de sinais (SIGINT), enviados via satélite e via radiodifusão. O próprio serviço de inteligência criptológica britânico (GCHQ) possui uma estação na ilha, localizada na vila de Two Boats. Além disso, também existem na ilha, estações de monitoramento que são capazes de detectar possíveis testes nucleares realizados na América do Sul e na África. Pelo fato de o GCHQ desenvolver atividades na ilha, especula-se que Ascensão seja uma das possíveis bases do sistema de monitoramento global, mais conhecido como Echelon.

Na ilha de Ascensão, também, está localizada uma das estações da emissora de números (rádio) E5/V5, também conhecida pelos apelidos de "Cynthia" e/ou "The Counting Station", que é supostamente operada pela CIA, na comunicação com os seus agentes secretos espalhados pela América do Sul e pela África.

A Base Aérea da Ilha de Ascensão (IATA: ASI, ICAO: FHAW), também conhecida como Aeródromo Wideawake, é a principal base de operações da Força Aérea dos EUA (USAF) e, da Força Aérea Real do Reino Unido (RAF), no Atlântico Sul, sendo que a sua área de influência geopolítica abrange uma vasta região que inclui grande parte da América do Sul e da África.

8. AS VIZINHANÇAS DO CONTINENTE ANTÁRTICO

• Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul

Essas ilhas estão situadas nas proximidades do Continente Antártico. As Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul constituem um conjunto de ilhas sob a administração do Reino Unido (Grã-Bretanha), reivindicadas pela Argentina, localizadas no sul do Oceano Atlântico. Correspondem a parte do arco de ilhas que ligam a América do Sul à Antártida. Oficialmente, as "Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul" são um território britânico ultramarino, que abrange a Geórgia do Sul, as Ilhas Sandwich do Sul, a Ilha Bird e vários grupos de rochedos, tais como: as Rochas Shag, a Rocha Black e os Rochedos Clerke.

O território é administrado pelos britânicos, a partir da cidade de Stanley, nas Ilhas Malvinas. Em 2013, os doze países independentes da América do Sul, que compõem a Unasul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) emitiram declaração conjunta oficial, em que afirmaram que a soberania sobre as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul é direito legítimo da Argentina, país que clama para si, a posse das Ilhas Geórgia do Sul, das Ilhas Sandwich do Sul e das Ilhas Malvinas.

A Geórgia do Sul é um abrigo de suma importância para a reprodução de várias espécies de animais, que em certas épocas do ano, encontram ali, um lugar mais quente para reproduzirem-se. Dentre os animais que ali aportam estão: pinguins, baleias, leões-marinhos, focas e albatrozes. Portanto, torna-se vital a preservação de tal santuário.

- **A Estação Comandante Ferraz**

A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) é uma base antártica pertencente ao Brasil, localizada na ilha do Rei George, a 130 km da Península Antártica, na Baía do Almirantado, na Antártida. Começou a operar em 06 de fevereiro de 1984, levada à Antártida, em módulos, pelo Navio Oceanográfico NApOc Barão de Teffé (H-42) e diversos outros navios da Marinha do Brasil. Foi, parcialmente, destruída por um incêndio no dia 25 de fevereiro de 2012.

O nome da Estação, homenageia Luís Antônio de Carvalho Ferraz, um comandante da Marinha brasileira, hidrógrafo e oceanógrafo, que visitou o Continente Antártico, por duas vezes, a bordo de navios britânicos. Ferraz, desempenhou importante papel ao persuadir o Brasil a desenvolver um programa Antártico (o PROANTAR).

A Estação foi construída no mesmo local da antiga "Base de G" britânica e as ruínas de madeira, da base antiga, fazem um forte contraste com as estruturas de metal verdes e alaranjadas, brilhantes, da estação brasileira, que teve o primeiro conjunto formado em 06 de fevereiro de 1984.

Acima do local da base há um pequeno cemitério, com cinco cruzeiros: três delas são os túmulos de membros do British Antarctic Survey (BAS); o quarto homenageia um líder da base do BAS que se perdeu no mar e, a quinta cruz, é o túmulo de um sargento brasileiro, operador de rádio, que morreu de um ataque cardíaco, em 1990.

Na madrugada do dia 25 de fevereiro de 2012, com 60 pessoas na Base, ocorreu um incêndio, iniciado por uma explosão sem causa estimada, na Praça das Máquinas, onde ficam os geradores de energia da Estação. Por ser anexa ao restante das instalações, o fogo se alastrou. Um suboficial (Carlos Alberto Vieira Figueredo) e um primeiro-sargento (Roberto Lopes dos Santos) morreram porque não conseguiram deixar a Praça das Máquinas e, um sargento foi ferido, mas, levado com vida, para a estação polonesa, onde recebeu os primeiros socorros e, posterior transferência para uma base chilena. O militar seria mais tarde, transportado para o Hospital das Forças Armadas do Chile, em Punta Arenas.

Para a Base Antártica do Chile foram transportados, também, todos os civis, encaminhados para a cidade de Punta Arenas, no Chile e, por fim, de volta ao Brasil, em um avião da Força Aérea Brasileira. O Governo Federal anunciou, dias depois do incêndio de 2012, um programa para a reconstrução da Base Antártica, com projeto mais moderno, com prazo de conclusão de 2 anos.

A Marinha abriu um processo de licitação, exclusivo para empresas nacionais, para a obra de reconstrução da estação, no fim de 2013 e, que terminou no fim de fevereiro de 2014. No entanto, nenhuma empresa demonstrou interesse em participar.

Em março de 2014, as pesquisas na Estação foram retomadas após a instalação de módulos emergenciais. Em julho, a Marinha divulgou o novo edital para a reconstrução da Estação, com obras estimadas em cerca de 110,5 milhões de dólares e, aberto a empresas brasileiras ou estrangeiras.

Três empresas apresentaram propostas na licitação e será escolhida a empresa ou consórcio que oferecer o menor preço. Apresentaram propostas a empresa chinesa CEIEC, a finlandesa FCR Finland e o consórcio formado pela brasileira Ferreira Guedes e a chilena Tecno Fast, divulgado pelo Ministério da Defesa.

Em maio de 2015, foi anunciado que a empresa CEIEC, da China, foi a vencedora da licitação para construir a nova Base brasileira, no Continente Antártico. O custo da obra foi de 99,7 milhões de dólares e a previsão inicial era a de que fosse concluída em 2016.

A reconstrução teve anúncio oficial feito pelo Governo, somente, em março de 2016, com previsão de conclusão para 2018. A Estação será reconstruída, de acordo com projeto de arquitetura vencedor do concurso público, apresentado pelo escritório curitibano Estúdio 41.

No arquipélago Shetland do Sul, na ponta da península Antártica, onde fica a ilha Rei George, está sendo construída a nova Estação Almirante Comandante Ferraz, no território internacional, a pouco mais de 3.000 km do Polo Sul.

A Corporação Chinesa de Importações e Exportações Eletrônicas (CEIEC), ganhou em 2015, a licitação internacional para construir a nova Base brasileira, como salientado anteriormente. A dotação para a obra, em 2017, foi de 68 vezes maior que o previsto para a pesquisa Antártica Nacional, uma vez que, o valor relativo ao orçamento para reconstrução da Estação Almirante Comandante Ferraz, atingiu o montante de R\$ 128 milhões.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) liberou recursos da ordem de R\$ 1,86 milhões, destinados à pesquisa.

A realização de “atividades de pesquisas substanciais”, isto é, estudos em quantidade e qualidade significativas, sempre foi uma pré-condição para qualquer país figurar entre os membros consultivos, com direito a voto, do Tratado Antártico, de 1959. Hoje, há 29 nações nessa condição e 24 outras, como observadoras.

Quando ficar pronta, talvez em março de 2018, a nova Base brasileira elevar-se-á sobre a enseada, na Baía do Almirantado, no mesmo local em que a antiga Estação pegou fogo, em 2012, com dois longos blocos de metal conectados. O atual e premiado projeto do escritório curitibano Estúdio 41, foi descrito pela BBC, como “futurista”.

O bloco superior, mais curto e mais próximo do Morro da Cruz, abrigará camarotes para 64 pessoas, até cinco dezenas de pesquisadores, no verão antártico e, os militares da Marinha, que compõem o chamado Grupo Base, permanecerão o ano todo na Estação. Nele, também, ficarão áreas de serviço, como cozinha e refeitório.

A parte de baixo, mais alongada, se reparte em três áreas principais: na primeira, ficarão 14 laboratórios (há outros três módulos externos para pesquisas); no meio, estarão as áreas de convivência, com biblioteca, auditório, sala de videoconferência e, local para uso compartilhado de computadores e, na outra ponta, estará um grupo dedicado à operação e manutenção, como garagem e paiol.

De acordo com os esboços do interior da nova Base brasileira, feitos pelo Estúdio 41, os espaços amplos e iluminados projetarão a Estação Almirante Comandante Ferraz a muitos anos além das tradicionais Estações antárticas.

Após 34 anos de confinamento em contêineres, com poucas e minúsculas janelas, o Programa Antártico Brasileiro passará a hospedar-se no que caberia comparar a um hotel de alta categoria, tendo em vista que se trata de um dos locais mais inóspitos do planeta, porquanto, seria muito difícil alguém construir nestas paragens, a não ser que a recompensa fosse muito importante.

O recurso às energias limpas, também, vem se impondo na arquitetura antártica, com as últimas Estações construídas. O Tratado Antártico, de 1959, estipula que o continente está reservado para pesquisas científicas, fins pacíficos e preservação ambiental, resultando em restrições crescentes para atividades poluidoras.

A Base brasileira, por exemplo, terá turbinas eólicas e painéis fotovoltaicos, para vento e luz solar, na geração de eletricidade. Eles estarão conectados a uma rede inteligente (“smart grid”) que

acionará geradores a diesel, apenas, na medida necessária para fornecer a demanda de energia que as fontes limpas não puderem suprir.

Além dos projetos empreendidos pelos cientistas que conseguiram apoio do Max e do Ary, a pesquisa significativa que o Brasil precisa realizar como membro consultivo, do Tratado Antártico, ficaria restrita ao módulo Criosfera 1.

Essa Estação automatizada de dados atmosféricos, foi instalada em 2012, no paralelo 84° S, a cerca de 2.500 km mais ao sul que a Estação Almirante Comandante Ferraz e, a apenas, 670 km do polo geográfico.

Os dados reunidos pelo Criosfera 1, contribuirão para entender melhor, em conjunto com centenas de sensores de outros países, o papel do Oceano Austral, no clima do planeta. Em tempos de aquecimento global, uma tarefa cada vez mais urgente.

• Antártida

A Antártica ou Antártida é o mais meridional dos Continentes e um dos menores, com uma superfície de 14 milhões km². É, também, o mais frio e o mais seco. A temperatura mais baixa da Terra (-89,2°C) foi registrada na Antártica. No interior do Continente, a temperatura é de -40°C, com ventanias de, aproximadamente, 100 km/h que podem durar vários dias (ventos de até 320 km/h já foram constatados na área costeira).

A altitude média da Antártica é de, aproximadamente, 2.000 metros. Juridicamente, a Antártica está sujeita ao Tratado da Antártida, pelo qual as várias nações que reivindicavam territórios no Continente – Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido -, concordaram em suspender as suas reivindicações, abrindo o Continente à exploração científica.

Este Continente tem uma população permanente, apenas, de cientistas e de pessoal de apoio, fixada nas Bases científicas polares, oscilando entre mil, no inverno e, quatro mil pessoas, no verão. Como não há povos nativos da Antártica, a sua história é a da sua exploração.

As primeiras expedições documentadas começaram no século XVI: Américo Vespúcio relatou o registro visual de terras a 52°S. Várias expedições aproximaram-se, gradativamente, do continente sem, no entanto, terem a certeza de que se tratava realmente de um Continente ou de um conjunto de ilhas.

A ocupação humana propriamente dita, só teve início na primeira metade do século XIX, quando navios baleeiros chegaram à região das Ilhas Sandwich do Sul. Neste período, James Weddell e James Clark Ross descobriram os mares que, hoje, levam os seus nomes. Este último, fez uma viagem de exploração, na qual descobriu, ainda, a Ilha de Ross, os montes Erebus e Terror e a Terra de Vitória, retornando em 1843.

Entre 1889 e 1895, foi firmada uma colaboração mútua entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a exploração científica da Antártica, resultando em diversas expedições ao Continente, com o apoio e a participação de diferentes nações.

No início do século XX, os exploradores se voltaram para a conquista do Polo Sul. Ernest Henry Shackleton organizou uma expedição em 1908, sendo obrigado a retornar sem atingir o Polo. Seguiu-se a ele, Roald Amundsen e Robert Falcon Scott, em uma verdadeira corrida, pois iniciaram a incursão com apenas duas semanas de diferença, em 1911, partindo da Plataforma de Ross.

Amundsen, atingiu o Polo em 14 de dezembro de 1911, retornando em janeiro do ano seguinte. O grupo de Scott, chegou ao Polo em 17 de janeiro, ali encontrando a bandeira norueguesa.

No caminho de volta, os cinco expedicionários morreram de fome e exaustão. Após a conquista do Polo, restava ainda, a façanha de atravessar o Continente de costa à costa. Shackleton assumiu a tarefa na Expedição Imperial Transantártica, em 1914, não obtendo sucesso, em virtude de uma série de dificuldades, entre elas, o fato dos navios terem ficado aprisionados no gelo e, posteriormente, afundado. Atualmente, após o Tratado da Antártica, muitos países mantêm bases de pesquisas permanentes e a ocupação humana é constante.

O Tratado da Antártica proíbe quaisquer operações militares no Continente, tais como o estabelecimento de Bases e de fortificações militares, a realização de manobras militares ou o teste de qualquer tipo de arma. O pessoal e o equipamento militar são permitidos, apenas, para pesquisa científica ou para outros propósitos pacíficos.

Nenhuma das reivindicações territoriais antárticas é reconhecida pela comunidade internacional. Nos termos do Artigo IV, do Tratado da Antártica, que regula as atividades humanas ao sul do paralelo de 60°, nenhuma atividade durante a vigência do Tratado poderá ser considerada de reforço ou negação das reivindicações territoriais.

Hoje, 29 países possuem Bases científicas na Antártica: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Bélgica, Bulgária, Chile, China, Coreia do Sul, Equador, Espanha, EUA, Federação Russa, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia, Ucrânia e Uruguai. O Protocolo de Proteção Ambiental para o Tratado da Antártica ou Protocolo de Madri, de 1991, também restringiu disputas por recursos.

Em 1998, foi estabelecido um compromisso, proibindo a mineração por 50 anos, até o ano 2048, tendo havido, ainda, a decisão em torno da limitação de atividades econômicas e de exploração. A atividade primária básica é a captura e comércio de peixes.

Recentemente, foi estabelecida a criação da maior reserva marinha do mundo, de território equivalente ao do Alasca, no Mar de Ross, localizada na Antártida e, um dos últimos ecossistemas marinhos intactos do planeta. O acordo foi alcançado em reunião na Austrália, entre 24 países e a União Europeia.

O Acordo obtido durante a reunião anual da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida (CCRVMA), em Hobart, na Austrália, permitiu a criação de uma reserva numa área de 1,6 milhão de km², que será protegida pela Nova Zelândia e pelos EUA. As atividades pesqueiras serão proibidas, num território equivalente a três quartos do santuário.

Os EUA e a Nova Zelândia vinham há anos tentando obter consenso sobre a criação da reserva, mas, esbarravam na oposição da Rússia. No ano passado, a China se posicionou favoravelmente à iniciativa, abrindo caminho para que fosse, finalmente, acordada pelos membros da comissão, composta por 24 países —entre os quais, o Brasil— e pela União Europeia (UE).

O Mar de Ross, considerado um dos ambientes mais intactos no planeta, abriga um terço da população mundial de pinguins de Adélia e 26% dos pinguins imperadores de todo o mundo. A região possui vastas colônias de aves marinhas, focas, peixes e baleias.

O local é fundamental para o estudo desses ecossistemas, além de possibilitar a compreensão dos impactos das mudanças climáticas nos oceanos. É um dos poucos lugares quase sem nenhum contato com seres humanos.

Diversos países promovem atividades pesqueiras no Mar de Ross. A partir do final de 2017, porém, uma grande parte da região (72%) será uma zona de proibição de pesca. Nas demais áreas, as

atividades serão limitadas e monitoradas. O acordo entrará em vigor em dezembro de 2017 e, será válido por 35 anos, na zona de proibição de pesca.

Encerrado esse período, os países membros da CCRVMA deverão decidir, por unanimidade, a prorrogação da Reserva, algo que não deverá ser fácil, tendo em vista as dificuldades observadas no passado para obter avanços nas negociações.

Além do Brasil, os países que integram a Convenção são: Alemanha, África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, EUA, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Ilhas Cook, Ilhas Maurício, Índia, Itália, Japão, Namíbia, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paquistão, Peru, Polônia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Ucrânia, Uruguai e Vanuatu.

9. ASPECTOS HISTÓRICOS DO ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul geográfico é a parte do Oceano Atlântico, situado no Hemisfério Sul. O Atlântico Sul histórico é considerado como a região dinâmica de comércio entre a África, Europa e América Latina, abrangendo o período das Grandes Navegações do Século XVI, até fins do Século XVIII e, início do XIX.

Sob a ótica geopolítica, o Atlântico Sul pode ser entendido como a grande área localizada entre a América do Sul e a África, incluindo os países banhados pelo Atlântico, nos dois Continentes. Nos séculos anteriores, constituiu-se numa área de intenso tráfico de navios negreiros.

As rotas de tráfico entre a África e o Brasil, passavam necessariamente pelo Atlântico Sul e, foram responsáveis pelo transporte de cerca de 5 a 10 milhões de escravos trazidos, da África para o Brasil, entre 1550 e, meados do Século XIX. O tráfico transatlântico pode ser considerado, desta forma, como um dos maiores processos de migração forçada da história.

Além disso, o Atlântico Sul foi palco de intenso comércio envolvendo produtos tropicais como açúcar, café, cacau, tabaco, óleo de dendê, cachaça e, metais preciosos, como ouro e prata. A herança histórica deixada por este período pode ser identificada em vários aspectos culturais, linguísticos, religiosos e gastronômicos, de ambos os lados do Atlântico Sul, especialmente, no Brasil.

Pelo visto, até o Século XIX, o Atlântico Sul foi o centro comercial do mundo Ocidental, só cedendo tal primazia para o Atlântico Norte, quando este foi o palco da intensificação do comércio entre a América do Norte e a Europa Ocidental.

No Atlântico Sul ocorreram importantes conflitos político-estratégicos, abrangendo as guerras entre as grandes potências, pelo acesso ou controle de colônias na América e África, além de guerras relativas a processos colonialistas.

Posteriormente, o Século XIX, foi palco de movimentos pela independência que, em muitos casos, envolveram guerras de libertação nacional.

No Século XX, o Atlântico Sul foi uma área secundária da Primeira Guerra Mundial. Uma única grande batalha naval ocorreu entre forças das Marinhas inglesa e alemã, próximo à região das Malvinas, em dezembro de 1914, conhecida como "Batalha das Falklands".

Na costa africana, a principal disputa envolveu o controle das colônias alemãs, onde pequenas batalhas se estenderam até 1918.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul protagonizou a importante Batalha do Atlântico. No período em que o Brasil participou da Guerra, registramos o ataque a 35 navios brasileiros, por parte dos alemães, dos quais 33 foram afundados. Deste conjunto, um navio era pertencente à Marinha de Guerra do Brasil e, todos os demais, integravam a nossa Marinha Mercante.

Dentre as batalhas navais daquele conflito, destacamos, ainda, os confrontos das forças navais aliadas dos EUA e da Grã-Bretanha, contra a Marinha da Alemanha, incluindo o episódio que terminou no afundamento do navio alemão, o Encouraçado Graf Spee, no litoral do Uruguai.

Na primeira etapa da Guerra Fria, o Atlântico Sul perdeu relevância estratégica, em face do conflito global bipolar entre EUA e URSS, o que fez com que os países da região se considerassem seguros, ou ao menos, distantes dos principais conflitos internacionais.

Esta situação começou a se alterar, a partir dos anos de 1970, tendo em vista a crise do petróleo de 1973, quando o Atlântico passou a ser uma das mais importantes rotas de transporte de petróleo do mundo. Na sequência, uma série de novos conflitos locais, lograram relevância regional no Atlântico Sul, como a Guerra das Malvinas, a Guerra Civil de Angola e a Guerra de Independência da Namíbia.

Em 1982, o Atlântico Sul foi área do confronto entre a Argentina e a Grã-Bretanha, na Guerra das Malvinas. Na ocasião, as Forças Armadas Inglesas se deslocaram para o cenário do conflito.

Nesta Guerra, ocorreu o primeiro afundamento de um navio, por um submarino nuclear de toda a história, no caso, o navio argentino General Belgrano, registrando-se muitas perdas de vidas humanas entre os argentinos. A vitória inglesa, com o apoio indireto dos EUA e, de alguns países da OTAN, modificou, profundamente, a percepção de ameaça dos países da região.

Por outro lado, na África Austral, constatamos um grande conflito com o envolvimento de diversos países da região, na Guerra Civil de Angola (1975-1989 e 1990-2002).

Durante o período da Guerra Fria, o conflito angolano envolveu importantes disputas que incluíram, de um lado, os países que apoiavam o Governo do MPLA (Brasil, França, Cuba e URSS) e, de outro, os países que apoiavam os insurgentes da UNITA (EUA, Grã-Bretanha, China e África do Sul). Neste conflito, Cuba e África do Sul chegaram a se enfrentar diretamente em Angola e Namíbia.

Esses seguidos conflitos armados levaram o Brasil e outros países a uma tentativa de criar um entendimento para evitar uma corrida armamentista regional. Este esforço, somado à busca para transformar a região em uma "zona desnuclearizada", levou à criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).

Atualmente, não existem grandes conflitos em andamento no Atlântico Sul, que tem sido visto mais como uma área com grande potencial de cooperação nas relações entre América do Sul e África. Entretanto, também não existem garantias de que não possam ocorrer novas disputas armadas na região.

As principais disputas político-territoriais ainda existentes, envolvem a reivindicação pela demarcação de águas territoriais e Zonas Econômicas Exclusivas, principalmente, entre os países do Golfo da Guiné. Muitas das disputas pela demarcação de fronteiras marítimas na Costa Atlântica da África, estão relacionadas aos interesses de controlar as reservas petrolíferas, localizadas em alto mar, nesta região.

O Brasil tem área de aproximadamente 3,66 milhões de km² de território marítimo (águas territoriais e Zona Econômica Exclusiva). Esta área poderá ser ampliada para 4,4 milhões km², se aceitas as reivindicações brasileiras, perante a Comissão de Limites das Nações Unidas.

Além dos aspectos acima consignados, devemos lembrar a questão relativa às Ilhas Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão, localizadas no Atlântico Sul, que são focos permanentes de preocupação quanto ao seu destino. Assim, como o futuro da Antártica, cuja proximidade e contato

com o subcontinente sul-americano merecem especial atenção quanto ao seu controle, soberania e segurança.

Portanto, os contenciosos transcendem o subcontinente e alçam à questão da segurança para fora de seus limites no plano mundial.

O Brasil, com o Mercosul, neste início do Século XXI, extrapola seu próprio espaço e projeta-se no mundo. As questões de insegurança são novas, como novas devem ser as concepções de defesa.

Na porção sul-americana do Atlântico Sul, estão organizados o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Pacto Andino e a União de Nações Sul Americanas (UNASUL). No lado africano, existe a Organização Continental União Africana e outras importantes organizações regionais.

Na África Austral estão a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Aduaneira da África Austral (SACU/UAAA). Na África Ocidental e, em parte do Golfo da Guiné, existem, ainda, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

Organizações para fins culturais e linguísticos, com atuação política, também existem nesta região, como a Organização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a Liga Árabe, que congrega, principalmente, países do Norte do Continente Africano e os países africanos que integram a Comunidade Britânica de Nações. Além de países de várias regiões do mundo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), também congrega países de ambas as margens do Atlântico Sul.

Ainda devemos salientar na área de influência do Atlântico Sul, a presença do Estreito de Magalhães e do Continente Antártico. O Tratado Antártico, de 1959, também abrange diversos países do Atlântico Sul e algumas das grandes potências que, à época do tratado, tinham pretensões territoriais no Atlântico Sul, especialmente, na Antártida e algumas das ilhas do Atlântico Sul.

10. A SEGURANÇA E A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL

Em primeiro lugar, é necessário salientar o estudo da segurança e da defesa no Atlântico Sul, uma vez que, como já foi dito antes, o Nordeste brasileiro é a entrada do Atlântico Sul, tratando-se de um território que contém áreas geoestratégicas de grande relevo, além de lograr, pela sua posição, uma localização que exige atenção no que concerne à segurança e à defesa nacionais. O Nordeste brasileiro, portanto, abre as portas para o Atlântico Sul, que é, sem dúvida, uma área estratégica tanto para os sul-americanos, quanto para os africanos.

País com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem, por todas as razões citadas anteriormente, especial interesse na paz e na segurança do Atlântico Sul. Esse Oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do Nordeste brasileiro e a África Ocidental, espaço intercontinental de grande importância para o comércio mundial.

As passagens ao Sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao Canal do Panamá, principalmente, para os navios de grande porte. A rota do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico é uma alternativa ao Canal de Suez e, oferece também, o melhor acesso marítimo à Antártica. Para além do pré-sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países na faixa equatorial do Atlântico.

As áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o Mar Territorial (mT), a Zona Contígua (zC), a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC), bem

como a região compreendida entre o Paralelo 16 Norte, a costa Oeste da África, a Antártica, o Leste da América do Sul e o Leste das Antilhas Menores.

O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Criada em 1986 pelas Nações Unidas, a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País. O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução nº 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas, conclama os Estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa, no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse Oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada.

Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e, em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da Região do Atlântico Sul (BRASIL – LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012, p. 35-36).

10.1 As Relações Brasil-África sob a Ótica da Segurança e da Defesa

Enquanto o Atlântico Sul condicionou o preparo e emprego das forças navais no quadro de defesa das Américas, no período da Guerra Fria, hoje, essa área se apresenta para a política externa do País como prioridade estratégica e como eixo para a inserção internacional do Brasil.

Em consequência, dentro do quadro da chamada cooperação Sul-Sul, que se conformou na década de 1970 e, ganhou força no Pós-Guerra Fria, o Brasil tem firmado uma série de acordos com países africanos, especialmente, os localizados na costa Ocidental do Continente. Além das áreas econômica, política e tecnológica, a cooperação tem-se dado, também, no campo da segurança e da defesa.

Com o final da Guerra Fria, o papel do Atlântico Sul, no contexto da segurança global, como parte da arquitetura de defesa do Continente americano, perdeu o sentido que tinha no período anterior. Várias manobras conjuntas continuaram sendo realizadas, patrocinadas pelos EUA ou criadas de maneira bilateral ou multilateral entre Argentina, Brasil e Uruguai (AGUILAR, 2013).

No entanto, tiveram mais o caráter de fomento da confiança mútua, que de preparo para lutar contra um inimigo comum. Os exercícios entre Argentina, Brasil e Uruguai, voltados para o Atlântico Sul ganharam mais força, a partir da década de 1990.

As Marinhas da Argentina e do Brasil criaram a Operação Araex, que incluía o emprego de aviões e helicópteros navais na guerra no mar, com base em exercício semelhante, realizado entre as Armadas do Uruguai e do Brasil, denominado Uruex. A partir de 2002, os exercícios passaram a reunir as marinhas dos três países.

Em 1997, o Brasil e a Argentina realizaram a Operação Temperex (ações antissubmarinos e de esclarecimentos aéreos), com o porta-aviões brasileiro São Paulo, conduzindo aeronaves S-2T argentinas.

Naquele mesmo ano, os três países realizaram um exercício naval, tipo jogo de guerra, denominado Transamérica, versando sobre o controle de tráfego marítimo, a partir da simulação de uma crise regional, em que seria necessária, a adoção de medidas para a proteção do trânsito de navios mercantes. As três Marinhas criaram, também, um jogo de guerra trilateral de manejo de crises, em nível estratégico operacional (AGUILAR, 2010, p. 303).

No continente africano, com o final da Guerra Fria, uma série de conflitos movidos pela luta ideológica entre as duas superpotências perdeu o sentido e, as fontes de financiamento se encerraram, permitindo a resolução dos mesmos, como os casos de Angola e Moçambique. O fim do regime do *Apartheid*, na África do Sul, abriu as portas daquele país para o relacionamento externo, ajudando no estreitamento dos laços com o Brasil.

Em 1993, a Argentina e a África do Sul criaram o exercício Atlasur, no bojo da ZOPACAS, com foco voltado para ações de superfície, antiaéreas, antissubmarino e de guerra eletrônica, sendo testados, também, procedimentos de apoio logístico móvel e aperfeiçoada a interoperabilidade entre os meios navais e aeronavais dos participantes. A partir de 1995, a convite da Argentina, o Brasil e o Uruguai passaram a participar da manobra e oficiais paraguaios estiveram presentes como observadores (AGUILAR, 2010, p. 299).

No caso do Brasil, a Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 2005, incorporou a concepção multidimensional da segurança, bastante discutida no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a década de 1990, “abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros”, mantendo a defesa externa, como função primordial das Forças Armadas.

Dentre as diretrizes estratégicas, apresentou a intensificação do intercâmbio com as Forças Armadas das Nações Amigas, particularmente, com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul (BRASIL, 2005).

A PDN apresentou, ainda, que o Brasil participaria em missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais, confirmando as ações do Governo, nesse sentido, já a partir do final da década de 1980, onde se enquadra o envio de tropas armadas para as missões de paz da ONU, em Angola e Moçambique, em meados da década de 1990.

No caso desses dois países, a língua portuguesa e o passado comum como colônia portuguesa, pesaram na decisão de uma maior participação do País, nos esforços de paz da ONU. Mas, indicou, também, uma maior importância dos assuntos africanos na agenda internacional brasileira.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), registrou que uma das preocupações mais agudas de defesa estava no Atlântico Sul. A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades, levaram a END a determinar uma articulação das forças armadas, “capaz de levar em consideração as exigências de cada ambiente operacional, em especial, o Amazônico e o do Atlântico Sul” (MD; END, 2008, p. 45).

A END determinou que, na elaboração das hipóteses de emprego, a Estratégia Militar de Defesa deveria contemplar o emprego das Forças Armadas, em decorrência da ameaça de conflito armado, no Atlântico Sul. Em consequência, os planos de equipamento e articulação das Forças Armadas deveriam “contemplar uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego”, de maneira a possibilitar o aumento da presença militar, nas áreas estratégicas, do Atlântico Sul e da Região Amazônica (MD; END, 2008, p. 49).

Na conferência de abertura do Seminário de Estratégias de Defesa Nacional, em novembro de 2012, o Ministro Celso Amorim levantou a preocupação com as tensões em países da África

Ocidental, como o Mali e a Guiné Bissau, o narcotráfico associado ao terrorismo e à pirataria marítima, além do risco de se trazerem para o Atlântico Sul “organizações militares com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários”. Em seguida, afirmou que: “entorno estratégico do Brasil, foco prioritário da lógica da cooperação, é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártica e, de outro lado, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África” (AMORIM, 2012, p. 10).

No mesmo sentido do discurso oficial e dos documentos de defesa, várias ações do Governo brasileiro contemplaram os países africanos. Foram assinados acordos de Cooperação no domínio da defesa com Cabo Verde (MRE 1994b), em 1994, a África do Sul (MRE 2003), em 2003, Guiné Bissau (MRE 2006), em 2006, com Moçambique (MRE 2009b) e Namíbia (MRE 2009a), em 2009, Nigéria (MRE 2010c), Senegal (MRE 2010d), Angola (MRE 2010a) e Guiné Equatorial (MRE 2010b), em 2010.

Em linhas gerais, se destinavam a: promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamentos militares de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; partilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia, promovendo ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a correspondente troca de informações e colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares. A cooperação se realizaria, por meio de visitas de delegações de alto nível; reuniões entre as instituições de defesa; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios, realizados em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a defesa; visitas de navios de guerra e aeronaves militares; eventos culturais e desportivos; facilitação das iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa e, implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes.

Em 2004, sob a égide do Acordo Geral de Cooperação que havia sido assinado em 1981, Brasil e Moçambique, realizaram um ajuste complementar relacionado com a segurança pública. A cooperação nesse campo implicou na coordenação de estratégias e, troca de informações sobre programas nacionais, referentes à prevenção e combate ao crime; cooperação técnica orientada pela experiência brasileira da implantação do Sistema Único de Segurança Pública; ações de formação de pessoal, em especial, ações de capacitação de docentes e formação de formadores, de cooperação no domínio de implantação dos sistemas de gestão do conhecimento e informações, de estatísticas, de pesquisas aplicadas e de elaboração de diagnósticos de segurança pública e justiça criminal, além da realização de estudos, visando à modernização da área de gestão das instituições de segurança pública.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça do Brasil ficou responsável pela execução das ações e, a ABC como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações (MRE, 2004a).

Em 2009, um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que existia entre o Brasil e a Guiné-Bissau, de 1978, previu a implementação de um Centro de Formação das Forças de Segurança, naquele país, com o objetivo de contribuir para a reestruturação

e modernização do setor de segurança e defesa, ficando a Polícia Federal brasileira responsável pelas ações decorrentes do ajuste (MRE, 2009c).

Em 2010, uma das áreas da parceria estratégica firmada com Angola foi a de segurança pública e defesa. As diretrizes, nesse domínio, apresentaram o estímulo à cooperação entre os ministérios da defesa e os órgãos de segurança pública e a manutenção de “consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais”, incluindo as iniciativas, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e a “cooperação para a solução de conflitos na África e, em outras regiões, inclusive, a construção da paz em situações pós-conflito”.

No campo da cooperação técnica, científica e tecnológica, a parceria contemplou ações para o desenvolvimento de recursos humanos e pesquisas conjuntas nas áreas da indústria naval, segurança pública e defesa. Foi, ainda, estabelecida uma Comissão Bilateral de Alto Nível, para “coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da parceria” (MRE, 2010e).

Dos países da Costa Atlântica Africana, a Namíbia se firmou como a maior receptora da cooperação brasileira, no campo da segurança e defesa. Em 1994, o Acordo Naval assinado entre os dois países, deu início ao relacionamento entre as Marinhas dos dois países, com o objetivo de “criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia”. Todas as despesas de traslado e estadia no Brasil, bem como dos militares brasileiros que ficariam naquele país como oficiais de ligação, ficaram a cargo do, então, Ministério da Marinha Brasileiro (MRE, 1994a).

Na época, foram disponibilizadas vagas para formação de oficiais e praças daquele país, nas escolas navais brasileiras e, realizado um estágio inicial para 145 marinheiros namibianos, no Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, no Rio de Janeiro (MD; MB, 2011).

Em 2001, o Governo de Fernando Henrique Cardoso assinou um novo Acordo de Cooperação Naval, com o mesmo objetivo do anterior. Por ele, a Marinha Brasileira deveria assistir na organização do Serviço de Patrulha Marítima daquele país, capaz de proteger seus interesses em suas águas internas, mar territorial e Zona Econômica Exclusiva, fornecer embarcações e “assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações”. Os custos do treinamento e avaliação realizados no Brasil, passaram a ser do Governo da Namíbia e foi estabelecida a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MRE, 2001).

O Acordo gerou uma série de ações decorrentes. Em 2004, a Corveta Purus, que havia sido “aposentada”, foi transferida para a Namíbia, sendo batizada, naquele país, de “NS Lt-Gen Dima Hamaambo”. No mesmo ano, foi acertado o fornecimento de embarcações construídas no Brasil e, em 2006, a Marinha Brasileira criou Grupos de Apoio Técnico e enviou militares para a base de Walvis Bay.

Em 2009, foi entregue o primeiro navio-patrulha, construído no Brasil, batizado de “Brendan Sinbwaye” (BASTOS, 2011). Foram disponibilizadas vagas para os namibianos na Escola Naval, nos cursos de Aperfeiçoamento para Oficiais em Hidrografia e de Formação de Oficiais do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), em cursos de especialização e de formação de marinheiros e soldados (MD; MB, 2011).

As ações incluíram, ainda, a cooperação para a criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais Namibiano e a realização de curso de formação de soldados; o desenvolvimento do Cerimonial da Marinha; a promoção de ações conjuntas de instrução e treinamento militar; exercícios militares conjuntos; troca de informações e a colaboração em assuntos relacionados com sistemas, softwares e equipamentos, dentre outros (MD; MB, 2011).

Em abril de 2010, a Missão Naval na Namíbia contava com cinco oficiais e onze praças (MD; MB, 2011; PRADO, 2009). No início daquele ano, ocorreu a formatura da primeira turma de Soldados Fuzileiros Navais da Namíbia, formados pela Marinha do Brasil. Os soldados assumiram funções no “Marine Corps Battalion”, futuro Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais da Namíbia (REVISTA FORÇAS ARMADAS, 2011).

No âmbito do IBAS, em 2005, iniciou-se a realização das operações conjuntas denominadas “IBSAMAR”, reunindo as Marinhas do Brasil, Índia e África do Sul, no litoral sul africano, entre as cidades do Cabo e Simon’s Town (MD; MB, 2011).

Em 2006, fruto do Acordo de Cooperação de 2003, as forças aéreas do Brasil e da África do Sul, iniciaram o desenvolvimento de um projeto de míssil de curto alcance, capaz de realizar manobras para atingir alvos, durante o voo e, com sistema de detecção infravermelho, denominado A-Darter (RANGEL, 2010, p. 48).

As escolas militares de formação e de altos estudos do Exército passaram a receber alunos dos países africanos, especialmente, dos de língua portuguesa. Na Academia Militar das Agulhas Negras, em 2011, dos 42 cadetes estrangeiros que se encontravam matriculados, 27 eram de países da CPLP (dez de Angola, dez de Moçambique, dois de Cabo Verde, um da Guiné Bissau e quatro de São Tomé e Príncipe).

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) tem um curso voltado para Oficiais de Nações Amigas (ONA), que recebe em média, 11 alunos por ano, dentre eles, africanos. Em 1999, recebeu um angolano e, em 2007 e 2011, oficiais da Nigéria.

Com o Gabão, a cooperação na área do ensino superior, abrangeu a formação de militares daquele país, nas escolas de ensino superior da Marinha do Brasil e os dois governos demonstraram interesse em desenvolver a cooperação nos setores de formação de militares, treinamento para as operações de combate em ambientes tropicais e na luta contra a biopirataria (MRE, 2004b).

Em 2012, o Ministro da Defesa da Mauritânia, visitou o Brasil e, na reunião com o Ministro Celso Amorim, tratou da possibilidade de realização de exercício conjunto entre as duas Marinhas (REVISTA PODER NAVAL, 2013). Há contatos estreitos com Cabo Verde para a capacitação na área naval, de patrulha aérea e com o Exército, na área de manutenção da ordem (AMORIM, 2012, p. 12).

Em 2013, o Navio-Patrulha Apa, construído pela empresa inglesa BAE Systems, em sua viagem do porto de Portsmouth, no Reino Unido, com destino ao Brasil, participou de missões na Mauritânia, Senegal, Angola e Namíbia (MURMEL, 2013). O mesmo havia acontecido, anteriormente, na viagem inaugural do Navio Patrulha Oceânico Amazonas, que realizou exercícios conjuntos e, estreitou laços com as Marinhas de Cabo Verde, Benin, Nigéria e São Tomé e Príncipe (AMORIM, 2012, p.12).

No âmbito da Força Aérea, a Academia da Força Aérea (AFA) formou pilotos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau e, o Governo brasileiro acertou a venda de aviões de ataque leve Super Tucano, para a Mauritânia e Burkina Faso (AMORIM, 2012).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se tornou um fórum internacional bastante atuante nas discussões no campo da segurança e defesa. Com base no documento jurídico denominado Protocolo de Cooperação da CPLP, no Domínio da Defesa, foram criadas a Reunião de Ministros da Defesa Nacional, a Reunião dos Chefes de Estado-Maior de Defesa e o Centro de Análise Estratégica (CAE), com a finalidade de discutir a profissionalização das Forças Armadas, a ética e a profissão militar.

No âmbito da CPLP, foi criada a Operação Felino, em outubro de 2000, realizada, anualmente, em sistema de rodízio, com a participação de elementos dos Exércitos de cada um dos países da Comunidade e com um Estado-Maior Multinacional. A operação foi concebida no tema das missões de manutenção da paz e de ajuda humanitária (BRASIL; EB s/d).

O Brasil estabeleceu aditâncias militares, junto às embaixadas brasileiras na África do Sul, Nigéria, Angola e em São Tomé e Príncipe e, a Agência Brasileira de Cooperação, apoiou com bolsas de estudos, a formação de quadros na área de segurança e defesa, por meio da chamada “cooperação em conhecimento” (FKA, 2009).

A ABC operacionalizou o memorando de entendimento assinado pelo Ministério da Defesa do Brasil e pelos países da África, para a realização de cursos e treinamentos nas três Forças Armadas. Houve, ainda, a previsão do estabelecimento de uma Academia de Polícia na Guiné Bissau e, de treinamento contínuo de policiais, a fim de auxiliar o País na reestruturação das forças de segurança pública (FKA, 2009). (AGUILAR, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa longa trajetória, em torno da temática sobre a Estratégia Nacional de Defesa e o Promontório Nordeste, em face do Atlântico Sul, faz-se mister tecer algumas considerações sobre a dimensão geográfica do Atlântico Sul.

Na verdade, o Atlântico Sul corresponde à esfera deste Oceano localizada, a partir do Trópico de Câncer, passando pela Linha do Equador, até os confins do Continente Antártico, onde, em suas imediações, o Atlântico passa a ser denominado Oceano Glacial Antártico.

Assim sendo, há países que estão inscritos em diferentes Acordos, relativos ao Atlântico Sul que, na realidade, integram a área concernente à porção meridional do Atlântico Norte, os quais são: Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo, Mauritânia e Burkina Faso.

As Nações que integram a área meridional do Atlântico Norte, aparecem nos seguintes Acordos, levados a termo, entre o Brasil e outras nações que pertencem ao Atlântico Sul.

Desta forma, estão arrolados abaixo, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, os seguintes países:

- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo;
- Acordos de Cooperação: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e Guiné-Equatorial;
- Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica: Guiné-Bissau;
- Exercícios conjuntos: Mauritânia;
- Capacitação na área Naval, de patrulha aérea e com o Exército na área de manutenção da ordem: Cabo Verde;
- Missões realizadas pelo Navio Patrulha Apa, construído pela empresa inglesa BAE Systems (2013): Mauritânia e Senegal;

- Viagem inaugural do Navio Patrulha Oceânico Amazonas que realizou exercícios conjuntos com as Marinhas de: Cabo Verde, Benin e Nigéria;
- Formação pela Academia de Força Aérea de pilotos, envolvendo representantes de: Guiné Bissau;
- Venda, pelo Estado brasileiro, de aviões de ataque leve Super Tucano, para: Mauritânia e Burkina Faso;
- Estabelecimento de adidos militares, pelo Brasil, na Nigéria.

No que concerne à inserção do Nordeste na Estratégia Nacional de Defesa, consideramos que esse propósito é, sumamente importante, pelas razões a seguir, assinaladas:

- Como a Linha do Equador passa pelo Delta do Rio Amazonas há, ainda, uma parte da Amazônia brasileira que antecede, proximamente, o Atlântico Sul. A Amazônia brasileira é uma área, sem dúvida, muito estratégica, pelo fato de deter, na sua vasta área, substanciais recursos minerais, recursos hídricos em abundância e extraordinários recursos da biodiversidade. A partir da constatação de que, contemporaneamente, a água torna-se um recurso cada vez mais escasso, os recursos hídricos da Amazônia assumem grande relevo, no cenário mundial e, por essa razão, deve ser alvo da Defesa Nacional;
- Além disso, quando nos debruçamos sobre o elenco de países que por Acordos, Missões ou Compromissos Amistosos estão volvidos para o Atlântico Sul, entendemos que a aglutinação dos mesmos, nas esferas da diplomacia têm razão de ser porque a referida área do Atlântico é, também, pela proximidade dos EUA e da Europa, sem dúvida nenhuma, estratégica, onde são registradas importantes transações comerciais entre a Europa e os EUA e, vice-versa;
- O Nordeste brasileiro, também, é uma área estratégica, porque nele estão inseridos aspectos impulsionadores da socioeconomia desta área: aquífero Serra Grande, no Piauí; áreas de mineração, registrando-se urânio, no Ceará e na Bahia; portos, entre eles, o de Suape; bases de lançamento (Alcântara e Barreira do Inferno), bases aéreas e aeroportos, entre eles, o de Recife/PE e o de Salvador/BA; usinas hidrelétricas; refinarias de petróleo; distritos industriais, com indústrias portando tecnologias de ponta, como em Camaçari(Bahia); polo Farmacoquímico e de Biotecnologia (Pernambuco); entroncamento comercial, energético e econômico (Imperatriz, no Maranhão) e Parques Nacionais de grande expressão quanto às belezas naturais (Sete Cidades, Piauí), bem como artefatos culturais de inestimável valor pré-histórico, como é o caso do Parque Nacional da Capivara, no Piauí.

Devemos, ainda, assinalar, que o Promontório Nordestino é o território da América Latina que, pela sua projeção Oriental, está mais próximo da África Ocidental, além de se encontrar na área onde o Oceano Atlântico apresenta uma configuração estreita, pela proximidade, do outro lado, do Continente Africano, praticamente, formando uma espécie de garganta à entrada do Atlântico Sul.

Por essa posição geográfica, o Promontório Nordestino sempre teve uma posição estratégica, a qual atingiu o seu ápice, no decurso do Segundo Conflito Mundial, quando Natal e a Base Aérea de

Parnamirim constituíram-se em lugares estratégicos, conformando o chamado Trampolim da Vitória, que se tornou uma verdadeira ponte para as atividades, não apenas, do Brasil, mas também, dos seus aliados, rumo à Guerra que se desenrolava no norte da África.

Finalmente, constatamos que a segurança e a defesa do Atlântico Sul são metas estratégicas prioritárias que devem nortear as relações Sul-Sul. Entendemos que o Brasil, assim como as demais nações integrantes do Hemisfério Sul, não podem ignorar as relações Sul-Norte, sobretudo, em um mundo muito interdependente.

Entretanto, para nós torna-se uma missão imprescindível, a agilização do intercâmbio em todas as esferas, entre as nações do Hemisfério Sul, onde nos encontramos, o qual constitui uma extensa área que apresenta recursos naturais e humanos que não podem ser ignorados, os quais sugerem esforços acentuados para a sua dinamização administrativa, comercial, industrial e financeira, além de substanciais impulsos relativos à educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança, com a finalidade de tornar vastas porções do Hemisfério Sul menos desiguais, se comparadas às várias áreas desenvolvidas do Hemisfério Norte.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. L. C. **Segurança e Defesa no Cone Sul: Da Rivalidade da Guerra Fria à Cooperação Atual**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

_____. Atlântico Sul: As Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.2, n.4, p. 49-71. Jul-Dez, 2013.

ALBUQUERQUE, R. C. de. O Nordeste, o Brasil e o Novo Ciclo de Crescimento. In: **Simpósio Internacional a Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada**. Salvador, 1996. (mimeo).

AMORIM, C. “Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro”. In: **Conferência do Ministro da Defesa na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional**. Brasília, 27 de novembro, 2012.

BASTOS, E. C. S. **A Marinha do Brasil e sua Projeção no Continente Africano**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso em: 30/07/2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá Outras Providências. Brasília, 30 jun. 2005.

BRASIL. EB. s.d. Militares das Forças Armadas participaram, no mês de março, do Exercício Felino, que ocorreu em Angola, na região de Cabo Ledo, na África. Disponível em: http://www.exercito.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=13903&articleId=499772&version=1.0. Acesso em: 20/03/2013.

BRASIL. **Estado Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um Povo**. 3º Volume. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972.

BRASIL. **LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL**. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/ibdn.pdf>>. Acesso em: 08/04/2016.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. **Projeto Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas: Relatório Diagnóstico Aquífero Serra Grande, Bacia Sedimentar do Parnaíba.** Mickaelon B. Vasconcelos, Carlos Antônio da Luz, Maria Antonieta Alcântara Mourão (Coordenadores). Vol. 4. Belo Horizonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2012.

CORREIA, P. P. 1932. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I. Conceitos, Teorias e Doutrinas.** Série: Cosmopolis. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

DINIZ, C. C. **O Nordeste e o Mercosul. In: Simpósio Internacional - A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada.** Salvador, 1996. (mimeo).

FKA. **Relatório sobre a VI Conferência do Forte de Copacabana.** Rio de Janeiro, 12/13 de novembro, 2009. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_18106-1522-5-30.pdf?091202194047. Acesso em: 21 mar. 2013.

GOMES, I. R. Globalização e Novas Regiões Produtivas no Nordeste Brasileiro. Mercator – **Revista de Geografia da UFC.** Vol. 9, Nº 20, p. 57-74. Set./Dez., 2010.

GUIMARÃES NETO, L. **Questão Regional no Brasil: Reflexões sobre Processos Recentes.** (mimeo).

MD; END – **Estratégia Nacional de Defesa.** 2008.

MD; MB. **“Centro de Comunicação Social da Marinha”.** Brasília. 2011. Disponível em: http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/ccsm/cooperacao_BrasilNamibia.htm. Acesso em: 16 ago. 2012.

MENEZES, A. M. F.; MENEZES, E. V. **O Nordeste Brasileiro no Processo de Reestruturação Econômica: Inclusão ou Exclusão.** Sitientibus, Nº 18. p. 75-98, Jan./Jun., 1998.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa. Paz e Segurança para o Brasil.** 2ª edição. Págs. 8 a 19. Brasília, 2008.

MRE. 1994a. Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil. Windhoek, 04 de março.

MRE. 1994b. “Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde”. Praia, 21 de dezembro.

MRE. 2001. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval”. Windhoek, 03 de dezembro.

MRE. 2003. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa. Cidade do Cabo, 04 de junho.

MRE. 2004a. Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Âmbito da Segurança Pública. 31 de agosto.

MRE. 2004b. Comunicado Conjunto da Visita de Estado de sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Gabonesa. Libreville, 28 de julho.

MRE. 2006. Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau. Brasília. 06 de junho.

MRE. 2009a. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio de Defesa. Windhoek, 1º de junho.

MRE. 2009b. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa. Maputo, 26 de março.

MRE. 2009c. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné Bissau. Brasília, 07 de dezembro.

MRE. 2010a. Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa. Brasília, 23 de junho.

MRE. 2010b. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial sobre Cooperação em Matéria de Defesa. Malabo, 05 de junho.

MRE. 2010c. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria no Domínio da Defesa. Brasília, 22 de julho.

MRE. 2010d. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Defesa. Brasília, 03 de agosto.

MRE. 2010e. Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola. Brasília, 23 de junho.

OLIC, N. B. **Geopolítica dos Oceanos, Mares e Rios**. São Paulo: Moderna, 2011.

PONTES, B. M. S. O Valor Estratégico do Promontório Nordeste. **Revista de Geopolítica**, Vol. 3, nº 2, p. 04-36. Jul./Dez., 2012.

PRADO, A. Namíbia e Brasil Apostam na Cooperação Militar e Comercial. **Revista África 21**. 2009. Disponível em: <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8311085&canal=40>. Acesso em: 16 ago. 2011.

RANGEL, R. Brasil e África do Sul: Desenvolvimento de Novo Míssil. **Inovação em Pauta**, nº 9, p. 48-49, Mai./Jun., Brasília: Finep, 2010.

TZU, S. **A Arte da Guerra**. Tradução de Ricardo Iglésias – “The Art of War”. 2ª Edição. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1993.

Sites Consultados

Abrolhos. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Abrolhos>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Açores. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ores>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Antártica. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%A1rtida>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Arquipélago de São Pedro e São Paulo. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquip%C3%A9lago_de_S%C3%A3o_Pedro_e_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Atlântico Sul. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Atl%C3%A2ntico_Sul>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Atol das Rocas. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Atol_das_Rocas>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Base Aérea de Natal. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Base_A%C3%A9rea_de_Natal>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Cabo da Boa Esperança. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_da_Boa_Esperan%C3%A7a>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Cabo Verde. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Canárias. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Can%C3%A1rias>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Lan%C3%A7amento_da_Barreira_do_Inferno>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Centro de Lançamento de Alcântara. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/cla/indez.php/historias>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Delta do Amazonas. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Delta_do_Amazonas>. Acesso em: 13 set. 2016.

Estação Antártica Comandante Ferraz. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/esta%C3%A7%C3%A3o_Ant%C3%A1rtica_Comandante_Ferraz>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Estreito de Gibraltar. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estreito_de_Gibraltar>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Estreito de Magalhães. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estreito_de_Magalh%C3%A3es>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Fernando de Noronha. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org.br/wiki/Fernando_de_Noronha. Acesso em: 28 abr. 2016.

Geoconomia. Conceito. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2016. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/geoconomia>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Geopolítica e Geoestratégia. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<https://www.cofecon.org.br/noticias/colunistas/Humbertodalsasso/1526-geopolitica-e-geostrategia.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

Ilha da Madeira. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_da_Madeira>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Ilha de Ascensão. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Ascens%C3%A3o>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Ge%C3%B3rgia_do_sul_e_Sandwich_do_Sul>. Acesso em: 12 set. 2016.

Ilhas Malvinas. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Malvina>s. Acesso em: 13 set. 2016.

Imperatriz (Maranhão). In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperatriz_%28Maranh%C3%A3o%29>. Acesso em: 27 abr. 2016.

O Polo Industrial de Camaçari. In: COFIC. 2009-2018. Disponível em: <<https://www.coficpolo.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Parque Nacional de Sete Cidades. In: Wikiparques. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_de_Sete_Cidades>. Acesso em: 04 set. 2016.

Parque Nacional Serra da Capivara. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_Serra_da_Capivara>. Acesso em: 04 set. 2016.

Piauí é o segundo estado nordestino em riquezas minerais. In: Cidade Verde.com. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/71438/piaui-e-o-segundo-estado-nordestino-em-riquezas-minerais>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Biblioteca Digital do Planejamento. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/470?show=full>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Polo Farmacoquímico e de Biotecnologia. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Polo_FarmaCoqu%C3%ADmico_e_de_Biotecnologia>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Ponta da Madeira. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponta_da_Madeira>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Porto de Aratu. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto deAratu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_deAratu)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Porto de Suape. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto de_Suape](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Suape)>. Acesso em: 13 set. 2016.

Porto do Itaqui. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto do_Itaqui](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_do_Itaqui)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

Porto do Pecém. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto do_Pec%C3%A9m](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_do_Pec%C3%A9m)>. Acesso em: 08 set. 2016.

Produção de urânio da Mina de Caetité na Bahia será retomada em 2016. In: EBC - Agência Brasil de Comunicação. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/06/producao-de-uranio-da-mina-de-caetite-na-bahia-sera-retomada-em-2016>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Punta Arenas. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Punta Arenas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Punta_Arenas)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Refinaria Abreu e Lima. In: Petrobras. 2016. Disponível em: <<https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-abreu-e-lima.htm>>. Acesso em: 01 set. 2016.

Refinaria Landulpho Alves. In: Petrobras. 2016. Disponível em: <<https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm>>. Acesso em: 01 set. 2016.

Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR). In: Petrobras. 2016. Disponível em: <<https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinarias-lubrificantes-e-derivados-do-nordeste-lubnor.htm>>. Acesso em: 01 set. 2016.

Refinaria Potiguar Clara Camarão. In: Petrobras. 2016. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-potiguar-clara_camarao.htm>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Revista Forças Armadas. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/marinheiro-brasil-forma-primeira-turma-de-soldados-fuzileiros-navais-da-namibia>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Revista Poder Naval. NPaOc Apa Inicia Viagem ao Brasil com Foco na Cooperação com a África. 2013. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/tag/marinha-dobrasil/#ixzz2NjatQmUW>>. Acesso em: 06 set. 2016.

Rio Congo. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Congo>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Rio da Prata. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio da_Prata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_da_Prata)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Rio Níger. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_N%C3%ADger>. Acesso em: 26 abr. 2016.

São Tomé e Príncipe. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe>. Acesso em: 13 set. 2016.

Suape - Porto e Complexo Industrial. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 06 set. 2016.

Terra do Fogo. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_d o_Fogo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_do_Fogo)>. Acesso em: 13 nov. 2016.

Trindade e Martin Vaz. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Trindade_e_Martin_Vaz>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Usina Hidrelétrica de Sobradinho. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedi a.org/ wiki/Usina_Hidrel% C3A9trica_de_Sobradinho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Sobradinho)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Usina Hidrelétrica de Xingó. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org /wiki/Usina_Hidrel% C3%A9trica_de_Xing% C3%B3](https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Xing%C3%B3)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. In: Wikipédia: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <[https://pt. wikipedia.org/wiki/Zona_dePaz_e_Coopera% C3%A7% C3%A3o_do_Atl% C3%A2ntico_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_dePaz_e_Coopera%C3%A7%C3%A3o_do_Atl%C3%A2ntico_Sul)>. Acesso em: 25 abr. 2016.